Universidade Estadual de Londrina

FERNANDA TARGA MESSIAS

O AGRONEGÓCIO COMO POLÍTICA AGRÁRIA NOS GOVERNOS LULA E DILMA NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF

Londrina

2017

FERNANDA TARGA MESSIAS

O AGRONEGÓCIO COMO POLÍTICA AGRÁRIA NOS GOVERNOS LULA E DILMA NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani

Londrina
2017

FERNANDA TARGA MESSIAS

O AGRONEGÓCIO COMO POLÍTICA AGRÁRIA NOS GOVERNOS LULA E DILMA NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani (Orientador)
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____
Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____
Prof. Dr. Fabiano Coelho
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Londrina, _____de _____de _____.

DEDICATÓRIA

Às companheiras e companheiros sem-terra
que vivem e morrem pela reforma agrária.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo, Rozinaldo Miani, a quem devo tanto a escolha de fazer mestrado como de militar. Por me apresentar a possibilidade da Comunicação Popular e Comunitária e pela compreensão e apoio em todas as orientações. Também ao Manoel Bastos, a quem agradeço por todos os pitacos, sugestões e críticas desde a graduação. Aos dois agradeço por serem exemplos de educadores, o que reforça em mim a vontade de permanecer na academia, com a certeza de que é possível transformarmos esse espaço.

Agradeço de maneira geral a todos os professores do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL que trabalham para o fortalecimento e avanço da pesquisa na área. Também ao programa de Mestrado em Serviço Social da UEL que me aceitou como aluna especial e contribuiu, assim, na minha formação.

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que financiou essa pesquisa.

Às duas mulheres incríveis que me criaram, Roseli e Dona Neusa. Às companheiras e companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Levante Popular da Juventude que com muita mística deram sentido a esses últimos dois anos. À Clara Lume, pelo cuidado e ligações semanais. Por fim, à minha amiga Alana Volpato, sem a qual eu não teria entrado do Programa; por todo seu tempo, disposição e conhecimento compartilhados.

Há algo de errado nessa lógica inversa,
não é possível que a garantia de um direito individual
seja o flagelo do direito dos povos.

Carlos Frederico Marés

FORA TEMER!

MESSIAS, Fernanda Targa. **A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff**. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RESUMO

Temas referentes ao debate da questão agrária brasileira fazem, evidentemente, parte das práticas discursivas e dos objetivos programáticos dos movimentos sociais e populares do campo. O processo histórico de colonização e de exploração colonial que marcou a formação da sociedade brasileira deixou uma herança perversa para os trabalhadores do campo, marcada pela formação de grandes latifúndios e por uma política agrária voltada para o agronegócio. Por meio de suas práticas comunicativas, os movimentos populares do campo e as entidades sociais da classe trabalhadora, bem como diversos jornais da mídia alternativa, denunciam essa realidade e apresentam as demandas dos trabalhadores rurais. No contexto dessa produção comunicativa, a charge tem presença importante. Neste trabalho, o objetivo foi analisar temas relacionados ao agronegócio durante o período que compreende os governos Lula e Dilma por meio das charges de Carlos Latuff. As análises seguiram a metodologia da análise do discurso chárgico e revelaram as contradições de governos que se reivindicavam populares, mas que promoveram a consolidação do agronegócio como política agrária no Brasil.

Palavras-chave: Comunicação visual. Charge. Carlos Latuff. Política agrária. Agronegócio. Governo Lula. Governo Dilma.

MESSIAS, Fernanda Targa. **A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff**. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ABSTRACT

Topics related to the debate on Brazilian agrarian question are, of course, part of the discursive practices and the programmatic objectives of social and popular rural movements. The historical process of colonization and colonial exploration that marked the formation of Brazilian society generated a perverse inheritance for rural workers, characterized by the formation of large land properties and by an agrarian policy focused on agribusiness. Per their communicative practices, rural popular movements, class entities and alternative newspapers denounce their reality and present the rural worker's demands. In the context of this communicative production, the cartoon has showed as an important resource. The objective of this research was to analyze agribusiness issues during the period of Lula and Dilma governments by Carlos Latuff's cartoons. The analysis followed the analysis of the cartoon discourse methodology and showed the contradictions of governments that claims to be popular but promoted the consolidation of agribusiness as an agrarian policy in Brazil.

Keywords: Visual communication. Charge. Carlos Latuff. Agricultural Policy. Agribusiness. Government Lula. Government Dilma.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Agrobusiness 53
Figura 2 - Os ideais do agronegócio 55
Figura 3 - O monopólio da Monsanto e o endividamento dos produtores 57
Figura 4 - Gripe suína e agronegócio 60
Figura 5 - Relações do agronegócio brasileiro 62
Figura 6 - Efeito manada na cobertura jornalística 65
Figura 7 - Código Florestal 67
Figura 8 - O papel sujo da bancada ruralista no Brasil 70
Figura 9 - Conflitos em terras indígenas 73
Figura 10 - O agronegócio e a questão indígena no Brasil 75
Figura 11 - Espaço reservado aos indígenas no Brasil 78
Figura 12 - Representante do agronegócio no comando da política agrária 80
Figura 13 - Campanha contra os agrotóxicos 82
Figura 14 - Você sabe o que é agroecologia? 85
Figura 15 - Agroecologia X agronegócio 87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Diap	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fisenge	Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros
GEE	Grau de Eficiência na Exploração
GUT	Grau de Utilização da Terra
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LPC	Liga dos Camponeses Pobres
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Master	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP	Medida Provisória
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGU	Procuradoria Geral da União
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNDA	Plano Nacional de Defensivos Agrícolas
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RCC	Relatório de Conflitos no Campo
STF	Supremo Tribunal Federal
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 AGRONEGÓCIO: PROJETO AGRÁRIO E POLÍTICA DE GOVERNO 22

1.2 O AGRONEGÓCIO NOS GOVERNOS LULA E DILMA 28

2 A CHARGE E SEU CARÁTER MOBILIZADOR E HISTÓRICO 41

2.1 A CHARGE ENQUANTO PRODUTO COMUNICATIVA: SUA MANIFESTAÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS 42

2.2 O SENTIDO IDEOLÓGICO DA CHARGE E SEU POTENCIAL POLÍTICO 49

3 O AGRONEGÓCIO NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF 52

3.1 A AGROECOLOGIA NA CONTRAMÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA DOS GOVERNOS LULA E DILMA 87

CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

REFERÊNCIAS 96

INTRODUÇÃO

A maneira como se configura a questão agrária no Brasil é, sem dúvida, um fator fundamental para a geração das desigualdades que se estendem por todos os 8,5 milhões de quilômetros quadrados do nosso território. No país, há 130 mil grandes imóveis rurais, que concentram 47,23% de toda a área cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)[1]. Esses dados por si só já são bastante assustadores, porque revelam que muita terra se concentra nas mãos de poucas pessoas; mas vão além. A relação entre a quantidade de terras e a quantidade de proprietários impacta econômica, social, política e ambientalmente a sociedade brasileira. Essa realidade é fruto da maneira como se deu o processo de colonização do Brasil, perpetuando até hoje a mesma lógica. Ao longo do desenvolvimento brasileiro não houve, em nenhum momento, um processo que rompesse com a lógica da propriedade privada da terra ou ao menos que garantisse uma distribuição justa do território.

Portugal encontrou na Terra de Vera Cruz a possibilidade de enriquecimento, mesmo que para isso fosse necessário expulsar e dizimar os habitantes desta terra e importar homens, mulheres e crianças para servirem de escravos e darem conta de tamanha ganância. Para suprir as ambições portuguesas era necessário exportar para sua Colônia processos econômicos e instituições públicas que assegurassem a perpetuação de seu domínio. Nesse sentido, implantou-se aqui uma economia mercantil baseada na exploração latifundiária, condição necessária para garantir a subserviência à metrópole. As sesmarias[2], a Lei de Terras[3] e o tardio e injusto processo de abolição da escravidão são marcas presentes até hoje no modelo agrário que vigora no Brasil.

Com o estabelecimento da República e, mais especificamente, com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), as elites industriais deram um golpe e instituíram um novo modelo econômico. Uma industrialização dependente de países

---

[1] Dados disponíveis na reportagem "Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe" do Jornal O Globo de 8 de janeiro de 2015. Disponível em: http://glo.bo/2hICuYW

[2] Instrumento de distribuição de terras aos titulares de capitanias hereditárias instituída juridicamente pelo governo português quando tomado o território brasileiro

[3] Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Uma das primeiras leis brasileiras após a independência do país (1822) a dispor sobre o direito agrário. Estabelecia a compra como única forma de acesso à terra, limitando portanto, seu acesso àqueles que possuíssem capital e acabava também com o regime de sesmarias.

desenvolvidos e sem o rompimento com a oligarquia rural. Naquele período, a agricultura se subordinou econômica e politicamente à indústria. Em decorrência desse modelo, se estabeleceu a agroindústria. Os trabalhadores rurais tiveram que se adequar às regras do mercado e a principal consequência disso foi o êxodo rural. Estimulados pela lógica do capitalismo industrial, passaram a vislumbrar as cidades como melhores alternativas de empregos e salários. O trabalhador rural passou de camponês a operário.

Com João Goulart (1961-1964) no poder - um presidente de atuação mais à esquerda -, pela primeira vez na história do país as políticas do governo se aproximaram dos interesses da classe dos trabalhadores rurais. As elites, atentas à ameaça de uma possível reforma agrária, prontamente se organizaram e deram um Golpe de Estado, alimentando a desigual estrutura fundiária e reprimindo as manifestações favoráveis à reforma.

Sob um discurso de modernização da agricultura, inclusive, por parte dos governos militares, as elites passaram a empregar diversas tecnologias no processo produtivo das grandes propriedades. Apesar dos importantes resultados advindos com a modernização tecnológica no âmbito econômico, houve muitos efeitos negativos daquela que é possível chamar de "modernização conservadora".[4] A intensificação do êxodo-rural, o aumento da concentração fundiária e das desigualdades sociais, além de sérios danos ambientais e à saúde humana, são alguns desses efeitos.

Com o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), o processo em busca da redemocratização do país fez emergir movimentos sociais apoiados por vários setores, entre eles a Igreja Católica, sindicatos e partidos políticos. Pensou-se então que a sociedade conquistaria a tão sonhada reforma agrária. Foi nessa época que movimentos de trabalhadores rurais como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se organizaram. Foi nesse período, inclusive, que se elaborou o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), durante o governo de José Sarney (1985-1990), mas não se viu sua aplicação prática, já que uma reforma na estrutura fundiária a essa altura desafiaria os interesses da temerosa oligarquia rural. Até o

[4] É um conceito elaborado por Barrington Moore Jr (1975) para retratar o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão que se deu por um pacto político entre a burguesia industrial e a oligarquia rural sem grandes rupturas, mantendo intactos os interesses dos dois grupos.

início da década de 1990, as políticas de reforma agrária se viram paralisadas e, da mesma forma, permaneceu durante o governo neoliberal de Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Apesar dos poucos resultados obtidos, os movimentos sociais de luta pela reforma agrária não se esquivaram e continuaram exercendo pressão, tanto é que por conta de suas ações, principalmente, em meados dos anos 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciou processos de desapropriação de terras e ampliou o assentamento de famílias sem-terra. Porém, apesar dessas conquistas, os assentamentos não foram feitos pensando na qualidade, e sim na quantidade, o que revela que muitos assentamentos implantados durante o governo FHC não deram condições para que as famílias desenvolvessem ali sua subsistência.

Os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) foram pautados por um Projeto Neodesenvolvimentista para o Brasil, apesar de algumas análises afirmarem uma forte aproximação com o projeto neoliberal, sobretudo, no segundo mandato de Dilma. O fato é que os governos federais petistas tiveram que lidar com a herança neoliberal de administração da questão agrária. No entanto, a expectativa por parte dos movimentos populares era de que novos e melhores horizontes se desenhariam rumo à reforma agrária, principalmente, com Lula como presidente. Apesar das políticas de apoio à agricultura familiar, que melhoraram qualitativamente as condições de manutenção dos assentamentos, ainda assim, não se viu uma política que avançasse efetivamente na perspectiva de uma reforma agraria justa e igualitária no país. Com uma política de conciliação de classes, as empresas do agronegócio foram grandes beneficiárias da política agrária desses governos.

Neste trabalho pretendemos aprofundar o debate em torno do agronegócio enquanto política agrária dos governos Lula e Dilma e também outros temas que são reflexo desse modelo de política de agricultura e pecuária que impactam toda a sociedade e fazem parte da questão agrária. Para a interpretação e problematização desta questão no período proposto (2003-2016) optamos por utilizar a charge como fonte histórica e também como objeto comunicativo, capaz de transmitir um olhar crítico e interpretativo da realidade. Nesse sentido, o trabalho de dissertação tem como propósito realizar um estudo sobre a os temas relacionados ao agronegócio

durante o período que compreende os governos Lula e Dilma, retratados por meio das charges de Carlos Latuff.

A escolha do tema e do objeto a serem pesquisados vem atrelada a uma opção política que fazemos. Estudar a charge - como objeto da comunicação visual - no contexto dos movimentos sociais se justifica em razão de uma trajetória acadêmica e política. Nesse contexto, defendemos um conceito de charge que a caracteriza como ferramenta comunicativa a serviço daqueles que muitas vezes tem sua voz abafada, instrumento de denúncia e mobilização. Por isso, demarcar essa escolha implica um debate sobre seus elementos constitutivos, assim como a definição de um conceito de charge - dentre vários possíveis - e a demarcação das características que a constituem.

A respeito da charge, como uma modalidade do humor gráfico, reconhecemos, logo de início, baseado na construção do conceito desenvolvido por Rozinaldo Antonio Miani (2005), que ela vai além de sua ordem estética e se constitui, principalmente, como elemento político, já que é demarcada por um potencial persuasivo e ideológico. Por isso, a charge é considerada por Miani, a partir da definição de Antonio Luiz Cagnin (s/d), como “instrumento de crítica e arma retórica de combate, bem como na defesa e divulgação de ideologias, princípios e programas políticos” (MIANI, 2012, p.39), referindo-se a acontecimentos históricos com a intenção de denunciar e criticar. A partir destas considerações entendemos a charge como uma estratégia comunicativa da representação e problematização da realidade.

Sendo a charge uma “representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico” (MIANI, 2012, p.39), ela se caracteriza como a representação imagética de uma opinião sobre determinado fato, expressada por traços humanos. Dessa forma, é retrato histórico e carrega em si mesma significação, justificando dessa forma suas inúmeras aparições autonomamente em diversos meios, “ou seja, a charge, não se restringe a reproduzir, reeditando o texto verbal no código visual, nem tem como objetivo apenas ilustrar uma notícia, mas também interpretá-la” (MIANI, 2012, p.41). Nesse sentido, a charge não é mero complemento, mas uma experiência histórica da realidade passível de ser tratada como objeto a ser pesquisado.

O autor ressalta ainda as possibilidades estéticas para a produção de uma charge que, apesar da autonomia do artista, são características que frequentemente estão presentes nas representações. A linha, o ponto de enfoque, as perspectivas, a sombra, enfim, características visuais que tradicionalmente compõe um desenho. A charge pode ainda ser composta de elementos verbais como onomatopeias, balões ou textos narrativos. Como as charges se dirigem a indivíduos dentro de um contexto social, ela se constitui de vários elementos estéticos para definir-se como um retrato imagético.

Para o cumprimento do objetivo proposto é preciso também considerar um referencial em torno dos pressupostos básicos que definem a comunicação popular, na qual está inserida a prática comunicativa das charges de Carlos Latuff. O entendimento do conceito de Comunicação Popular transcorre discussões muito mais complexas do que a simples significação de cada uma das palavras que compõe o termo. Isso porque parte-se da noção de que a palavra é por si só um fenômeno ideológico e, por isso, a disputa também se trava no campo da linguagem. A partir desta reflexão, é possível afirmar que disputamos um sentido para o termo "comunicação popular" que difere dos termos mais usuais como "comunicação comunitária" e até mesmo "comunicação alternativa".

Esse tipo de comunicação é feito pelas camadas populares, subalternas e marginalizadas; é luta de classes. Para Cicília Peruzzo ela se desenvolve como um processo de resistência:

> [...] e não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação (PERUZZO, 2008, p.368).

A comunicação popular surge pelos movimentos populares na busca por respaldar a luta das classes subalternas e garantir melhores condições de vida. Portanto, trata-se de uma resistência política em busca de uma forma alternativa de sociedade com vistas aos interesses das classes populares, da transformação social.

Diante desse conceito, vale demarcar que a representação chárgica de Carlos Latuff sobre as questões que envolvem o agronegócio no Brasil é utilizada por veículos comunicativos de movimentos de caráter popular. Isso nos possibilita

caracterizar esta comunicação visual como comunicação popular, já que a reprodução da linguagem iconográfica é uma iniciativa de sujeitos que estão às margens da sociedade e que lutam por uma mudança estrutural.

Diante do que foi até aqui apresentado, a problemática para esta pesquisa pode ser assim formulada: como se deu a representação das problemáticas do agronegócio nas charges de Carlos Latuff, no período que corresponde à atuação dos governos de Lula e Dilma no Brasil (2003-2016)?

A representação imagética pela charge indica seu potencial dissertativo, de caráter histórico a partir de uma retratação necessariamente política de experiências históricas da realidade. Podemos entender, dessa forma, o esclarecimento e a mobilização como intencionalidades do artista na produção das charges com a temática aqui apresentada. Tendo em vista que a questão agrária no Brasil, de modo geral, é um tema complexo e dinâmico, será possível, a partir desta pesquisa, identificar algumas peculiaridades do período histórico a que ela se refere, bem como analisar a maneira como o chargista representou as questões relativas ao agronegócio por meio de seus traços.

Para responder à questão apresentada, identificaremos as charges desenhadas pelo chargista que retrataram alguma problemática do agronegócio - ou da agroecologia, como contraponto - durante o período demarcado e estabeleceremos uma seleção de charges para análise. Também identificaremos quais os principais eixos, situações e acontecimentos tratados nas charges de Carlos Latuff que envolvem a temática. Relacionaremos a representação deste setor nas charges com as mudanças conjunturais, sobretudo, em relação à atuação dos referidos governos e às lutas dos movimentos. Por fim, analisaremos se as charges de Carlos Latuff que retratam a temática foram ou podem ser instrumentos de luta popular.

Acreditamos que houve significativas mudanças nas temáticas de representação chárgica das questões do agronegócio retratadas por Carlos Latuff ao longo dos governos ao qual nos referimos. Essas mudanças têm relação com a política de governo para a reforma agrária e com as lutas travadas pelos movimentos sociais no período. Consideramos que a denúncia do agronegócio pelas charges contribuirá para a luta dos movimentos pela reforma agrária no Brasil.

Esta pesquisa se justifica por distintos aspectos. O primeiro deles diz respeito ao âmbito mais pessoal e à familiaridade da pesquisadora com o tema e o objeto propostos. O acúmulo da autora em torno da temática da questão agrária parte desde o desenvolvimento de monografia anterior e, especificamente, à pesquisa sobre o objeto charge, que se iniciou antes mesmo do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. A participação em projetos de pesquisa e a realização de iniciação científica garantiram um aprimoramento sobre a compreensão da linguagem iconográfica e o humor gráfico, em especial sobre o universo chárgico. Sendo assim, a proximidade com o tema e também com o objeto, embora nunca pesquisados em conjunto de forma tão sistematizada como a proposta aqui, possibilitará o desenvolvimento de uma dissertação que parta de discussões mais avançadas. O mesmo argumento se aplica sobre a metodologia proposta para o desenvolvimento desta pesquisa, que há alguns anos vem sendo experimentada e aplicada em diferentes pesquisas. Esses aspectos certamente potencializarão qualitativamente as interpretações a serem desenvolvidas nesta dissertação.

Embora muitos estudos tem sido desenvolvidos tendo a charge como objeto, ainda são poucos os que pretendem tratá-la como estratégia de comunicação numa perspectiva crítica. Como já expressado anteriormente, a charge é um instrumento potencializador de discussões políticas, para além da representação humorística. Nesta dissertação, pretende-se identificar a charge como uma estratégia de luta popular, revelando assim o caráter engajado da pesquisa ao apresentar uma perspectiva crítica no uso da linguagem iconográfica. Esse último quesito demonstra continuidade nos objetivos da pesquisadora que, ao longo da trajetória acadêmica, sempre desenvolveu pesquisa com essa condição. Mais uma vez, justifica-se a pesquisa pelo viés crítico, já que a relação entre a charge e a realidade explicita seu potencial histórico e político e possibilita uma interpretação privilegiada da questão agrária brasileira e sua relação com a temática do agronegócio.

Outro fator é a importância de explorar o objeto de atuação de um dos mais importantes chargistas brasileiros - Carlos Latuff - com relevância nacional e internacional em razão de sua capacidade de pautar diversas questões de ordem mundial e por ser, reconhecidamente, um apoiador do mais importante movimento

de luta pela reforma agrária no Brasil e mesmo na América Latina, qual seja, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Reconhecemos também que a representação desta problemática social apresentará contradições importantes de serem trazidas para os estudos de comunicação visual. O olhar da charge sobre uma questão social decorrente de tantos aspectos permite buscar outros olhares e interpretações para este complexo panorama, ainda mais quando relacionado às políticas do governo federal dentro do período histórico proposto.

A delimitação temporal é, além de necessária para a garantia da pesquisa, também estratégica, já que a expectativa por parte dos movimentos que lutam pela reforma agrária era grande no sentido de avançarem em sua pauta, principalmente, em relação aos governos em questão; entretanto, contraditoriamente, identificamos que foram governos com grandes investimentos para o agronegócio. Além disso, são identificadas contradições em relação ao perfil dos governos com dados quantitativos registrados em relação ao avanço da reforma agrária no país. Ao mesmo tempo, políticas públicas implantadas nesse período indicam uma melhora na qualidade de vida e de garantias para os sujeitos diretamente envolvidos. Embora não seja nossa pretensão neste trabalho analisar o período histórico específico em sua amplitude, essa relação é imprescindível para a garantia da aplicação da metodologia proposta e, ao mesmo tempo, revela a relevância de se fazer essa relação entre a análise chárgica e o contexto de sua produção.

Quanto ao estudo teórico, a pesquisa parte da reunião de desenhos do chargista Carlos Latuff sobre o agronegócio e seus desdobramentos. A seleção é feita contemplando diferentes eixos temáticos que estiveram ligados à essa questão nos 14 anos em estudo, sobretudo, aquelas que estiveram em pauta nos movimentos de luta pela reforma agrária impulsionados pelo MST. Dessa forma, foi necessário estudarmos a obra do chargista Carlos Latuff para, então, partirmos para delimitarmos as temáticas e as charges a serem analisadas. A intenção foi buscar uma variedade de temas e características imagéticas da charge nas quais foi pautado o tema proposto.

Paralelo a essa etapa, realizamos um levantamento bibliográfico a partir de estudiosos acadêmicos, bem como de pensadores que formulam reflexões sobre a questão agrária brasileira a partir da prática cotidiana. Traremos referências como

Armando Boito (2012); Eliane Paulino (2011); Guilherme Delgado (2010); e Bernardo Mançano Fernandes (2008) para embasar essa pesquisa. Apresentaremos, ainda, algumas reflexões de teóricos importantes para a constituição de um pensamento sobre o humor gráfico, a charge e o seu potencial crítico na perspectiva da comunicação, dentre eles, Rozinaldo Miani (2005, 2012), Edson Carlos Romualdo (2000) e Gilberto Maringoni (1996).

A análise qualitativa das charges se dará por meio da análise de discurso que, segundo Fernanda Mussalim e Anna Christina Bantes (2003) implica interpretar considerando que aquele que gera o discurso é antes de qualquer coisa um ser social e que, por isso, carrega consigo uma bagagem. Os autores explicam que:

> [...] aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. [...] o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM; BANTES, 2003, p.110).

Essa escolha metodológica se justifica por acreditarmos que a análise de discurso chárgico abrange todos os aspectos que constituem a charge, inclusive, seus elementos visuais e verbais, o contexto no qual foi produzida e a sua representação no conjunto da obra. Essa metodologia vem sendo adotada como forma de interpretação da representação imagética e é desenvolvida nos projetos de pesquisa coordenados pelo professor Rozinaldo Miani no Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e com a qual já desenvolvemos pesquisas anteriores. Trata-se de uma apropriação de determinadas categorias da análise do discurso combinada com aspectos de análise chárgica. Embora se tratando de uma metodologia que carece de sistematização, somos convictos de que ela possibilita uma compreensão bastante significativa da realidade sócio-histórica de produção da charge e do espaço onde ela foi veiculada.

Realizada a seleção das charges de Carlos Latuff que tratam do agronegócio no período proposto, analisamos o conteúdo das charges a fim de categorizá-las por temas. Para a interpretação das charges e de sua relação com o contexto sócio-histórico em que foi produzida, levantamos as condições sociais, econômicas e políticas da conjuntura de produção, circulação e recepção. Em

conjunto, analisaremos o discurso, propriamente dito, da charge e seus elementos simbólicos para, assim, termos condições de interpretar e reinterpretar as charges.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, após essa introdução, será constituído pela conceituação do agronegócio e um debate sobre o agronegócio como política dos governos Lula e Dilma e no próprio contexto da questão agrária, com um olhar para as experiências de luta pela terra que trouxeram impactos determinantes e que resultaram em transformações significativas sobre a realidade do campo no Brasil. Além disso, é nosso objetivo nesse primeiro capítulo expressar a influência que o agronegócio exerce sobre aspectos econômicos, políticos e sociais de um dado território, na tentativa de desmistificar a ideia de sua essencialidade.

No segundo capítulo, trabalharemos especificamente com a defesa de um conceito político de charge, suas potencialidades sobre a dinâmica social da realidade e suas especificidades no âmbito do humor gráfico. Engloba desde a dimensão técnica de produção das charges e seus elementos constitutivos, até o debate sobre sua importância enquanto instrumento de comunicação para a formação crítica e emancipatória. Ao discutir a presença da charge ao longo da produção jornalística do Brasil, tanto da imprensa alternativa como da imprensa hegemônica, posicionaremos esse produto imagético no contexto do campo da comunicação.

No terceiro e último capítulo, será apresentada a análise das charges selecionadas. Serão reproduzidas e analisadas 15 imagens do período que vai do início do mandato de Luís Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003, até o fim (prematuro) do governo de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, quando sofreu impedimento. Tal período foi marcado por uma gestão mais à esquerda, após mais de dez anos de aplicação de um projeto conservador neoliberal, inclusive, no que tange à questão agrária; ele coincide com a implantação de diversas políticas de subsídio aos trabalhadores rurais e beneficiários da reforma agrária, porém, paradoxalmente, corresponde ao período em que menos se assentaram famílias, com significativo aumento da violência no campo e ameaça aos territórios indígenas e maior produtividade do agronegócio.

Acreditamos que o volume de imagens selecionadas será material suficiente para cumprirmos com os objetivos aqui apresentados. A análise de cada uma das

charges partirá da contextualização de sua produção, da identificação da data e do local onde foi disponibilizada. Em um segundo momento, partiremos para a descrição de aspectos visuais das imagens, a identificação dos personagens, a interação que se tem entre eles e a ligação dos elementos visuais com os aspectos da realidade. Em seguida, será estabelecida a relação entre o fato desenhado com o momento histórico de produção e a relação intertextual com outros formatos de textos que podem estar acompanhando a imagem. Por fim, identificaremos as possíveis críticas que a charge revela e por meio de quais mecanismos ela se realiza.

1 AGRONEGÓCIO: PROJETO AGRÁRIO E POLÍTICA DE GOVERNO

Neste capítulo apresentaremos o debate acerca do agronegócio no contexto da questão agrária no Brasil, elencando as principais características de seu desenvolvimento ao longo dos últimos governos democraticamente eleitos. Nesse cenário, nos atentamos especialmente para o agronegócio como política do governo Lula e Dilma, buscando explicações que justifiquem o espaço que essa questão ocupa hoje no país e, da mesma forma, explicitando as contradições desse modelo de desenvolvimento. O objetivo deste capítulo é desmistificar a ideia de que o agronegócio é a menina dos olhos da economia brasileira. Embora reconheçamos que o agronegócio ganhou espaço na construção de riquezas, questionamos aqui: riquezas para quem e à custa de quê?

O caráter rentista e concentrador de riqueza e capital da propriedade privada é o que determina toda a configuração do espaço agrário e das relações que lá se estabelecem. José de Souza Martins formula que:

> A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato por meio da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981, p.175).

Sob essa perspectiva, o caminho para acabar com as desigualdades sociais que atingem a sociedade de maneira geral passa pela redistribuição da terra, não apenas como reparação histórica ou mera assistência, ou seja, passa pela reforma agrária. Concordamos com Alberto Passos Guimarães que afirma que essa reforma:

> Tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vícios semifeudais de subordinação do poder extraeconômico, político e “jurídico” da classe fundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país (GUIMARÃES, 2011, p. 54).

Já é sabido que o processo de colonização brasileiro se deu de maneira forçada e injusta e essa situação impacta até os dias de hoje a forma como se configura a questão agrária no país. Desde a invasão dos portugueses neste território convivemos com as marcas da injusta divisão de terras e marcas das intensas lutas que trabalhadores rurais travaram para avançar rumo a uma sonhada reforma agrária. Nesse sentido, demarcamos desde já que a perspectiva de debate aqui apresentada considera a importância da reforma agrária, assim como das lutas pela terra. Em uma sociedade dividida em classes, não existem práticas neutras. Perpetua-se no Brasil, desde sua colonização, um pacto agrário que exclui os interesses de uma classe, precisamente da classe dos trabalhadores. Da mesma forma e sob os mesmos interesses, permanece a tentativa de refutar a pauta da reforma agrária, que não é recente, é histórica e marcada por muitas lutas. Sobre a atualidade dessa questão, Luiz Felipe de Farias afirma:

> O desenvolvimento desigual e combinado da articulação entre lavoura e indústria no Brasil foi uma relativa resposta aos imperativos de ampliação da produtividade das atividades agrícolas, mantendo-se o caráter ultra-concentrado de nossa estrutura fundiária e reprimindo-se a luta pela terra ao longo de toda segunda metade do século XX e início do século XXI (FARIAS, 2014, p. 239).

É preciso reconhecer que os trabalhadores herdaram uma barreira histórica em relação ao acesso à terra e que o Estado brasileiro está densamente comprometido com essa situação. Os que detiveram o poder agiram desde a raiz do nascimento desse modelo agrário em favor do embargo da terra aos trabalhadores. Esse modelo continua atuante e acelerado, conduzido pelos mesmos atores e tendo os mesmos cúmplices. A forma como essa situação se manifesta nos dias atuais e garante a manutenção da concentração de riquezas no meio agrário é por meio do agronegócio.

Segundo Guilherme Delgado (2012), o conceito de agronegócio, enquanto fração da economia, perpassa um conjunto de atividades que se vinculam à transações comerciais. Refere-se basicamente às atividades de produção, industrialização e comercialização agropecuárias desenvolvidas em latifúndios e em grande escala. O termo agronegócio tem origem no conceito estadunidense de *agrobusiness* e se tornou conhecido no Brasil a partir dos anos de 1990 para designar as negociações que se desenvolviam na agricultura e pecuária. O termo é

mais amplo do que aparentemente se mostra; ele se refere a toda a cadeia da atividade agropecuária que visa os negócios: produção, processamento, armazenamento e distribuição. O agronegócio abrange os produtos rurais propriamente ditos, a indústria e comércio de insumos e o próprio processo de comercialização da produção até chegar ao consumidor final ou ser destinado à exportação. Afirma Delgado:

> Observa-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (2012, p.115).

A apropriação do termo agronegócio não se deu por um debate teórico ou por aqueles que viviam a condição de produtores rurais. Na realidade, seu emprego no Brasil se deu como estratégia política e econômica dos grandes empreendimentos agropecuários consequentes da modernização conservadora coordenada pelos agentes econômicos desde a ditadura civil-militar a qual nomearam de “Revolução Verde”. Na tentativa de reverter a imagem desgastada dos setores patronais, esses empreendimentos trabalhavam para criar uma imagem positiva em meio à sociedade, já que após tanta truculência estavam desgastados.

A associação com a ideia de que o agronegócio representava algo inovador - o que havia de mais moderno em termos de negócios para o campo - atrelado à alta tecnologia e eficiência foi a ilustração necessária de se criar naquele de tanta repressão, e assim resgatar a confiabilidade dos grandes empreendimentos, rumo a um futuro de lucratividade. Ao mesmo tempo, exerceu-se uma força tarefa para deslegitimar as práticas de agricultura familiar ou de subsistência de modo que a incorporação tecnológica foi se tornando impossível. O avanço técnico e tecnológico só beneficia os grandes empreendimentos; a tecnologia agropecuária não foi feita para os pequenos, o que gerou uma lógica de dependência do campesinato como modo de controle social.

Para além do sentido convencional de agronegócio, vale demarcarmos que ele vai além do aspecto técnico de nominar os negócios que são feitos no campo ou os ramos da produção da agricultura e agropecuária. Há também um sentido das relações econômicas e sociais que se dão no interior do setor; sem esse aspecto o

termo é mera informação técnica. Diante disso, temos o desafio de aqui desvendarmos a natureza da estrutura do sistema econômico e de seus movimentos históricos concretos no que diz respeito ao agronegócio.

Historicamente, a estratégia do capital financeiro na agricultura é dependente dos mercados de terras, de crédito e dos empreendimentos agrícolas, e esses mercados dependem essencialmente de regulação ou desregulação e do patrocínio estatal. Por isso, o desenvolvimento do agronegócio no Brasil está diretamente vinculado a um grande pacto econômico e político entre as cadeias agroindustriais, a grande propriedade fundiária e o Estado.

O agronegócio é projetado no início de 1990 para ser o supra-sumo da produtividade agropecuária, fazendo o contraponto às práticas latifundistas. Grandes extensões de terras são utilizadas apenas como reserva de valor, enquanto a subsistência na agricultura se constitui em uma atividade em menor escala de produção e, portanto, não integrada à lógica do mercado. Trataram logo de associar essas práticas - a última, sobretudo - a medidas arcaicas, atrasadas, como algo que deveria ser superado, ignorando assim qualquer contexto socioeconômico e até mesmo cultural presente no campo. O interesse se volta exclusivamente à indústria, à produção em larga escala, ao mercado, ao *business*. Sérgio Sauer aponta que:

> Esse contexto e as estratégias de legitimação resultaram no uso corrente e dominante do termo agronegócio como um processo de modernização tecnológica excludente e de apropriação e/ou concentração da terra e da renda, associando o conceito ao modelo agropecuário dominante adotado com a implantação da Revolução Verde. Esse termo expressa, consequentemente, um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar ou camponesa, considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra, especialmente pela não incorporação de certa racionalidade técnica (2008, p.23).

O surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, composta pela oligarquia rural, foi crucial para o caminho tomado em relação à questão agrária na Constituição e também para a hegemonização do termo do agronegócio, bem como sua difusão como suposta alternativa mais produtiva e eficiente. Na mesma época, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganhou projeção com a utilização de uma nova estratégia para fazer pressão em defesa da reforma agrária: as ocupações de terras improdutivas.

Com a implantação do projeto neoliberal no Brasil, impulsionado por Fernando Collor de Mello (1990-1992), o país passou a se alinhar ainda mais com o capital internacional. Políticas de minimização do Estado, privatizações e desregulamentação ganharam força durante esse governo. Coerente com o projeto, a questão agrária não avançou e nos anos de governo Collor pouca terra foi desapropriada para fins de reforma agrária. Entretanto, foi na década de 1990 que o agronegócio vivenciou um crescimento vertiginoso com grande aumento na produtividade. Se pegarmos a soja como exemplo, podemos observar que na década de 1980 sua produção anual representava menos de 15 mil toneladas; no final dos anos 1990 esse valor chegou a ultrapassar as 30 mil toneladas. Esse aumento de produtividade durante o período foram fatores importantes para conformarem as bases do desenvolvimento do setor que se verificaria a partir dos anos 2000. Os aumentos de produtividade nessa época se relacionam a diferentes motivos; destacam-se os avanços tecnológicos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a redução dos preços de insumos agrícolas importados em função da supervalorização cambial gerada pelo Plano Real (SAUER, 2008).

Em 1995, com a ofensiva do projeto neoliberal no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política agrícola voltada para os interesses do mercado se intensificou, priorizando novamente a exportação. Principalmente no segundo governo FHC (1999-2002), a política de comércio exterior passou a perseguir saldos positivos a qualquer custo. Entre 1991 e 2003 o valor das exportações se multiplicou por quatro, representando uma maior participação do Brasil no mercado externo (VALENTE JR, 2014).

Durante o primeiro governo de FHC (1995-1998), por conta da estratégia de ocupações do MST e da redução do custo das terras, muitas famílias foram assentadas, mas foi o governo que levou o crédito pelos assentamos, chegando a propagandear que foi o autor da maior reforma agrária da história do Brasil. Entretanto, apesar da magnitude quantitativa, não passou disso; a política agrária do governo não deu condições estruturais para que as famílias, maioria desempregados oriundos das cidades, pudessem se instalar e produzir nas terras. Bernardo Mançano Fernandes (2008) afirma que praticamente a totalidade das terras foi obtida “graças à ocupação da terra pelos movimentos de sem-terra [...] sem

a ocupação, sem o conflito, essa mudança de vinte milhões de hectares não existia" (FERNANDES, 2008, p.33).

Ao contrário, no segundo mandato do governo FHC (1999-2002), várias iniciativas governamentais garantiram o novo lançamento do agronegócio, dentre elas, investimento em infraestrutura de transporte; direcionamento para a pesquisa agropecuária de maneira alinhada com as multinacionais do setor; afrouxamento do mercado de terras; alteração na política cambial de modo a tornar o agronegócio brasileiro competitivo no mercado internacional; e crédito rural atrelado a programas de "modernização" do campo (DELGADO, 2012). Além disso, impediu vistorias em áreas propensas à desapropriação e realizou, com a mercantilização da terra, o que ficou conhecida como "Reforma Agrária de mercado[5]".

Foi também durante esse governo que se registrou os enfrentamentos policiais mais violentos contra trabalhadores rurais, principalmente, o Massacre de Corumbiara/RO, em 1995, e o Massacre de Eldorado dos Carajás/PA, no ano seguinte. A estratégia de política agrária de FHC, no segundo mandato, se tornou ainda mais repressora, com a criminalização dos movimentos de luta pela terra e com a mercantilização ainda mais acentuada do campo.

O debate da reforma agrária como programa estratégico para a superação da estrutura fundiária desigual e geradora de pobreza por meio da desapropriação de latifúndios foi uma bandeira levantada nas campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989 e demarcada no Programa Agrário do partido. Entretanto, para se eleger em 2002, após três tentativas anteriores, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, precisou fazer alianças políticas com partidos do campo conservador e esse tipo de comprometimento se refletiu na política agrária de seus governos, pois havia necessidade de conciliar dois projetos distintos de agricultura. Com isso, a reforma agrária passou a ser defendida enquanto categoria para o desenvolvimento capitalista e combate à fome se restringindo à desapropriação de terras improdutivas.

Por outro lado, eram grandes as expectativas por parte dos movimentos populares do campo e dos próprios trabalhadores rurais a respeito de avanços significativos no processo de reforma agrária, afinal o partido se construiu sobre uma

[5] O termo passou a ser utilizado por pesquisadores comprometidos com a questão agrária no mercado após a criação dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra (1998) e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002). O termo nomeou uma política voltada para os ditames neoliberais e em sintonia com o Banco Mundial.

ideologia classista em defesa dos direitos dos trabalhadores. A reforma agrária havia sido tema pautado em todas as campanhas eleitorais anteriores e era parte do projeto político do partido. Entretanto, ao longo dos anos, houve uma transformação interna que fez com que os operários, camponeses e a baixa classe média representassem mera base social do partido e não mais a sua força dirigente e isso se refletiu nos governos que viriam.

Para compreendermos as contradições dos governos Lula e Dilma Rousseff, cerne deste capítulo, sobretudo, no que diz respeito à política agrária e ao agronegócio, se faz necessário apresentarmos o projeto de governo que se estabeleceu no Brasil a partir de 2003 e quais as relações de poder que se efetivaram para a manutenção deste modelo.

1.2 O AGRONEGÓCIO NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Os analistas veem caracterizando como neodesenvolvimentismo o modelo político e econômico colocado em prática com a ascensão de Lula à Presidência da República. Trata-se de uma política de desenvolvimento possível dentro dos limites dado pelo modelo capitalista neoliberal que busca o crescimento econômico do país atrelado à transferência de renda em certa medida. Para ser colocado em prática foi necessária a constituição de uma frente ampla com frações das diferentes classes sociais para sustentar essa política de desenvolvimento (BOITO JR., 2012).

Armando Boito Júnior (2012) identifica a conformação dessa frente política com características peculiares que possibilitou, por certo período, o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento nacional, atento a algumas questões sociais:

> a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira (BOITO, 2012); b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder - baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (KOWARICK, 1975; NUN, 1978 e 2001); c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa - essa é a nossa hipótese de trabalho - o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos

> grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público (BOITO JR., 2012, p.04).

Segundo a análise de Boito Jr. (2012), essa burguesia interna é o grupo dirigente dessa frente neodesenvolvimentista e se encontra distribuída em vários setores da economia, entre eles, o do agronegócio, ao lado dos grandes bancos de capital nacional e de setores da mineração. O que unifica todos esses setores é o favorecimento e a proteção do Estado diante da concorrência com o capital estrangeiro. Os setores do agronegócio e da mineração foram alguns dos mais favorecidos pela política econômica dos governos petistas; um desses favorecimentos se deu pela política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que realizou empréstimos com juros subsidiados.

Tanto os governos de Lula como de Dilma estavam comprometidos com o agronegócio e desenvolveram uma política compensatória já que ambos não definiram metas de assentamentos e nem mencionaram em seus programas de governo a concentração fundiária presente. O trabalhador rural pobre, sem-terra, ficou desassistido, já que sua reivindicação era uma política agressiva de desapropriação de terras e criação de novos assentamentos. Porém, como o agronegócio tem uma importância fundamental para o projeto neodesenvolvimentista, pela lógica as desapropriações se inviabilizavam. Para se ter uma ideia, entre os anos de 2003 e 2007 foram desapropriados 1.646 imóveis contra 2.223 no governo de FHC [6]. As camadas mais pobres dos trabalhadores rurais foram as mais marginalizadas pelo projeto.

A reforma agrária no governo Lula (2003-2010), mais uma vez, não foi concebida como política de desenvolvimento territorial que visava romper com as práticas de concentração fundiária forjadas há mais de 500 anos; ela continuou limitada a avançar conforme pressões dos movimentos sociais. Com uma política de conciliação entre classes distintas, o governo Lula manteve o Estado a serviço dos grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo em que desenvolveu algumas políticas de financiamento e fortalecimento da agricultura familiar, em maior quantidade que nos governos FHC, como o Programa Nacional de Fortalecimento da

[6] Dados da Revista Consultor Jurídico. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria

Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ainda assim concedeu grandes incentivos financeiros ao agronegócio com vistas à exportação.

No primeiro mandato de Lula, graças à pressão dos movimentos sociais, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que apresentou como meta assentar 520 mil famílias, porém, assentou apenas 183 mil, ainda que o governo tenha divulgado que atingiu a meta. Na realidade, para a propaganda, foram contabilizados os assentamentos regularizados, mas que já haviam ocorrido antes do Plano (OLIVEIRA, 2009).

No segundo mandato, a situação piorou e nem mesmo elaborou-se um novo Plano de Reforma Agrária; pelo contrário, o governo ficou marcado por uma política de legalização de grilagem, principalmente, sobre as terras da Amazônia. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 2009 uma Medida Provisória (MP 458) que regularizava a posse de terras, até então públicas e registradas no nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Amazônia Legal, permitindo assim que posseiros tivessem juridicamente direito sobre tais áreas. Com essa MP, o agronegócio saiu ganhando novamente. O Incra continuou exercendo o mesmo papel que nos governos anteriores, ou seja, restringindo-se a assentar apenas as áreas onde havia pressão e conflito, ignorando as metas que o plano estabelecia. O Ministério Público, por sua vez, também não cumpriu o seu papel de obrigar o Incra a cumprir as metas estabelecidas.

Ao mesmo tempo, observou-se que durante os governos Lula os movimentos populares também recuaram em sua ação política para pressionar pela reforma agrária. Um dos motivos identificados para essa desmobilização dos trabalhadores rurais organizados - e fragmentando ainda mais os não organizados - foi a repercussão das políticas compensatórias adotadas nos governos. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)[7], em 2003, no início do governo Lula, foram registradas 285 ocupações de terras; em 2010 esse número caiu para 35.

O agronegócio ganhou ainda mais espaço com o governo Dilma (2011-2016). A reforma agrária foi um tema lateral no governo da petista, além de os poucos avanços se restringirem a programas sociais compensatórios; por outro lado,

[7] É um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ligado à Igreja Católica. A CPT foi fundada em 1975, em meio à ditatura civil-militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, sobretudo na Amazônia.

os movimentos sociais criticaram a indisponibilidade para o diálogo manifestada pelo governo. Foi também durante o governo Dilma que o Congresso Nacional se mostrou o mais conservador desde a reabertura política; a bancada ruralista se manteve com grande força e legislando para as grandes corporações do agronegócio.

A reforma agrária envolve várias etapas que vão desde a desapropriação de áreas improdutivas e sua incorporação pelo Incra, à oficialização de assentamentos ou ainda à obtenção de terras pela compra do Estado, além de políticas de moradia, assistência técnica e créditos para os assentados. O governo Dilma prezou por um caráter mais técnico em sua política agrária, visando pelo desenvolvimento dos assentamentos, com o investimento em assistência técnica e liberação de créditos. O número de desapropriações e a criação de novos assentamentos nos governos de Dilma foram reduzidos em comparação com os governos anteriores. De acordo com o Incra, no governo FHC foram assentadas 67,5 famílias em média por ano; com Lula, a média foi de 76,7 mil, enquanto que com Dilma a média, por ano, foi de 25 mil famílias que conquistaram um pedaço de terra [8]. Segundo Ariovaldo Umbelino, em 2015 nenhum hectare foi desapropriado para a reforma agrária, revelando o pior resultado entre os 20 anos anteriores [9].

Ao mesmo tempo, de fato houve esforços relevantes para estruturar os assentamentos e dinamizar a agricultura familiar. Algumas dessas medidas foram o incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com uma série de linhas de financiamento agrícola e a manutenção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado no governo Lula para a compra da produção dos assentados. Além desses, são listados também o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a renegociação de dívidas dos assentados. Apesar do caráter mais técnico do governo, ainda assim os investimentos em assentamentos tiveram alcance limitado e foram aquém do que era esperado pelos movimentos camponeses, sobretudo, nos últimos dois anos do governo Dilma. O sociólogo César Sanson avalia que:

---

[8] Dados disponíveis em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html

[9] Dados apresentados em entrevista à Carta Capital, disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/politica-agraria-do-governo-lula-valorizou-o-agronegocio

> O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento. E o campo nessa equação entra como uma base exportadora. Nesse contexto, a presidenta não vê reforma agrária como um mecanismo efetivo de desenvolvimento nacional, o quanto muito a vincula ao programa de erradicação da miséria (SANSON *apud* LIMA, 2013).

A opção pelo agronegócio é a grande responsável pelos retrocessos no acesso à terra durante os governos petistas. Os setores do agronegócio e ruralistas, em conjunto com o Judiciário, atuaram com certa tranquilidade para barrar quaisquer medidas que fossem ao encontro com a reforma agrária. A composição do Ministério da Agricultura ao longo dos governos sempre revelou a tendência para o agronegócio, mas foi ainda mais simbólica a nomeação de Kátia Abreu (PMDB-TO) para a pasta, no início do segundo mandato de Dilma. A nomeação demonstrou a ampliação da aposta no agronegócio, já que a senadora era uma das principais figuras do ruralismo brasileiro, ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e oradora de frases como “Latifúndio não existe mais” (BERGAMO, 2015). Os dados também confirmam qual foi a prioridade: entre os anos de 2003 e 2015, os recursos públicos disponíveis para os médios e grandes produtores rurais cresceram de aproximadamente 20,5 bilhões de reais para 187,7 bilhões de reais contra 4,2 bilhões para 28,9 bilhões de reais destinados ao Pronaf. O agronegócio recebeu, na média dos 14 anos de governos petistas, 85% do total do financiamento agrícola do Estado.

Sustentamos aqui que, para um desenvolvimento social, político e econômico sustentável no Brasil, é preciso uma relação estreita com a necessidade de garantias de acesso à terra e à ampliação e fortalecimento da agricultura familiar. Esta última, a agricultura familiar, está em constante disputa com o agronegócio, mas ocupou lugar secundário nas políticas públicas dos últimos anos. Os subsídios, incentivos fiscais, assistência técnica e pesquisas foram voltados muito mais para o agronegócio em termos quantitativos e qualitativos.

O uso do termo “agricultura familiar” surge em contraposição ao agronegócio como uma forma de romper com as noções de ineficiência ou baixa produtividade que os termos “agricultura de subsistência” ou “pequena produção” carregavam. Em meados de 1995 o termo se consolidou junto aos movimentos de trabalhadores rurais e, para além de mero termo descritivo, passou a ocupar espaço de resistência a processos históricos de expropriação e exploração. Embora estigmatizado como

um modelo pouco eficiente de produção agrária, a agricultura familiar tenta se consolidar como o contraponto ao modelo excludente e concentrador que é o agronegócio.

Entretanto, mesmo sem receber tamanha atenção do Estado e muitas vezes ofuscada pelo brilho artificial do agronegócio, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que os brasileiros consomem, contribuindo com mais de 10% do PIB nacional e responsável por 77% da geração de emprego na agricultura. Enquanto isso, o agronegócio é responsável pela destruição de biomas, do aumento do êxodo rural e até mesmo de aplicação de formas modernas de escravidão. Esses dados apontam para a necessidade de se repensar os critérios de eficiência produtiva no campo (PAULINO, 2006).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na safra 2015/2016 Dilma destinou R$ 188 bilhões para o agronegócio enquanto que na Agricultura Familiar foram investidos apenas R$ 28,9 bilhões na mesma safra [10]. Investimento que não condiz com a eficiência dos resultados desses dois modelos, já que os dados referentes à produtividade do agronegócio são permeados por incompatibilidades, conforme demonstra esse trecho da pesquisa realizada por Eliane Tomiasi Paulino (2015) em relação às terras no Mato Grosso:

> O fato é que uma parte relevante dos 29,5 milhões de hectares que faltam no censo foram efetivamente omitidos no momento da declaração da extensão dos estabelecimentos, com dois objetivos: primeiro, porque certamente uma parte dessa área é grilada e poucos se submetem ao risco de explicitar o ilícito a um órgão oficial; segundo, porque a omissão de parte da área faz que a aparência da produtividade logre maior êxito, lembrando que essa variável é a que tem permitido a desapropriação para fins de reforma agrária (PAULINO, 2015, p. 13).

Por outro lado, a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (BRASIL, 2015). Além de ser fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com baixa renda, a agricultura familiar também agrega expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. Esses

[10] Dados disponíveis em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/plano%20safra%20cartilha%202015%202016.pdf

fatores contestam a opção estrita do agronegócio como grande estratégia da política econômica dos últimos governos. Reforçando esse argumento, Paulino conclui que:

> Em suma, ao se considerarem os números em seu conjunto, é possível identificar que, quanto maior o índice de concentração fundiária, menor a produção em valor por hectare - e isso se verificou tanto na escala dos estados quanto na das mesorregiões. Por outro lado, observou-se que, quanto menores os estabelecimentos, maior a capacidade de geração de empregos e renda proporcional, o que efetivamente mantém, na agenda do dia, a necessidade de reforma agrária no país (PAULINO, 2015, p. 15).

Como apontamos anteriormente, o processo de modernização que levou ao *boom* do agronegócio no Brasil não é resultante apenas de processos econômicos e financeiros que levaram a ganhos e incorporação de novos investimentos e técnicas. Está por trás uma opção e imposição ideológica sobre a realidade rural de modo que as características da agricultura familiar, como a disponibilidade reduzida de terras para o uso de máquinas, a policultura e a mão de obra abundante, se configuraram como limitadores para o acesso à tecnologia.

Esse padrão de desenvolvimento e modernização que se baseia no benefício de poucos à custa da maioria coloca em risco a responsabilidade socioambiental futura com o sucateamento dos recursos naturais e a marginalização social. Por isso, inclusive, assim como Eliane Tomiasi Paulino (2006), questionamos a utilização do termo *desenvolvimento* atrelado à prática do agronegócio, já que desenvolvimento não se reduz ao crescimento econômico:

> A menção ao desenvolvimento contempla o progresso social associado à expansão das atividades produtivas, enquanto o crescimento dimensiona um incremento econômico, via de regra, concentrado. É por isso que se deve proceder às devidas diferenciações, até mesmo para fugir ao lugar comum da crença na neutralidade dos conceitos (PAULINO, 2006, p 16).

E não há dúvidas de que o “sucesso” do agronegócio tem um preço alto para o meio ambiente, para os agricultores e para os próprios consumidores. Uma das bases para a viabilidade do agronegócio é o uso de agrotóxicos. Nessa luta desigual, entre os que lucram com os agrotóxicos e os que sofrem o ônus, há uma tensão para que todos se incorporem nesse modelo produtivo químico dependente. Nas universidades e nas instituições do próprio Estado brasileiro muitos são os

grupos que defendem esse padrão e poucos são os comprometidos com o desenvolvimento de tecnologias livres de nocividades.

A promoção do uso de agrotóxicos no campo brasileiro, mais uma vez, tem relação com o regime militar. Foi na década de 1970 que o governo implementou o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), que condicionava a liberação de crédito rural ao uso obrigatório de venenos na agricultura. Essa medida foi crucial para que, rapidamente, boa parte das grandes e médias propriedades rurais incorporassem o uso dos agrotóxicos.

As pesquisas científicas, inclusive, as desenvolvidas nas universidade públicas, estão subordinadas às grandes corporações do agronegócio que investem nas pesquisas para terem controle e ocultarem as constatações de riscos dos produtos. O uso dos agrotóxicos pode ser considerado uma imposição do mercado globalizado que se dá à custa da vida de trabalhadores, sobretudo, dos países subdesenvolvidos que se expõem aos venenos de forma indeterminada. Assim,

> [...] proteção da saúde pública, com base em ampla segurança, está inibida pelos interesses de mercado que, por sua vez, tem um arcabouço institucional que lhe dá a blindagem necessária para manter o ciclo virtuoso de sua economia, e assim, o processo de ocultamento se fecha em favor da utilização desses produtos técnicos com o apoio dos governos (AUGUSTO, 2011, p.269).

O modelo da Revolução Verde[11] não foi tudo aquilo que se propagandeava como alternativa ao combate à fome; pelo contrário, proporcionou uma série de danos irreversíveis ao ambiente e à sociedade. Assim, outro sistema produtivo se configurou na década de 1970, denominada agroecologia. Este consiste na transformação do uso produtivo e social da terra e da maneira como são apropriados os recursos naturais a fim de promover um processo de transição dos modelos convencionais de desenvolvimento rural e agricultura para estilos mais sustentáveis e socialmente responsáveis. Vale frisar que agroecologia não se reduz apenas a aspectos produtivos ou ambientais.

Existem formas de produção que não utilizam o agrotóxico, mas que ainda assim são concebidas dentro da lógica do agronegócio. Por isso, agroecologia vai além de uma técnica; é um processo complexo de transição que considera as

[11] No que se deu ao processo de aumento da produtividade do campo com o uso de sementes modificadas, tecnificação e utilização da venenos agrícolas.

pessoas como parte dos sistemas de desenvolvimento. De maneira sintetizada, porém completa, podemos dizer que a agroecologia consiste em:

> Manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da co-evolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis (GUZMÁN, 1991, *apud* COSTABEBER; CAPORAL, 2002, p.9).

Em um país em que, de acordo com dados do IBGE, 70 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar, a solução passa por uma alternativa agroecológica e pela reforma agrária. Sabemos que o Estado sempre esteve comprometido com o agronegócio, mas para uma agricultura sustentável é necessária uma reorganização no meio rural que envolve as instituições e a criação de políticas públicas que subsidiem esse processo de transição. O crédito é um importante instrumento para estimular o agricultor a iniciar a transição, já que sabemos que o discurso e as ferramentas do agronegócio são bastante atraentes.

O atual modelo societário que se baseia na concentração das riquezas nas mãos de poucos, na acumulação incessante de capital e geração de lucros à custa da vida de muitos trabalhadores e de recursos irreprodutíveis e findáveis, coloca em muitos aspectos uma disputa injusta e desproporcional de projetos. Por um lado, temos um histórico monopólio fundiário que restringe o acesso de boa parte dos trabalhadores brasileiros à própria terra, tendo estes que se submeterem a condições precárias de acesso como é o caso dos arrendamentos. Por outro lado, temos um modelo que proclama uma eficiência produtiva mascarada. Segundo o censo agropecuário de 1995 (o último realizado), apesar das grandes propriedades controlarem 45% das terras, elas contribuem com apenas 21% do valor da produção no período.

Para avaliar a exploração econômica e racional das propriedades rurais o Incra o faz por meio de uma relação entre o Grau de Utilização da Terra (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE). O primeiro diz respeito à utilização adequada dos recursos naturais disponíveis na propriedade e a conservação do meio ambiente e o segundo ao aproveitamento racional e adequado dos recursos. Para estar dentro dos parâmetros de produtividade e não descumprir sua função social, a propriedade deve ter o GUT igual ou superior a 80% e o GEE em 100% (PAULINO, 2015).

Entretanto, os índices utilizados como referenciais para quantificar a produtividade da terra são baseados na Lei de Terras de 1993 que foi formulada com base nos dados do Censo Agropecuário de 1975. Ou seja, em 2017 usam-se, como parâmetro, dados coletados há 40 anos. Em razão dos avanços tecnológicos e o consequente aumento da produtividade no campo ao longo dessas quatro décadas, esse referencial de produtividade se mostra completamente desatualizado.

A mesma Lei de Terras determinava que os índices de produtividade deveriam ser atualizados periodicamente em virtude do próprio movimento de incorporação de tecnologia na agricultura. Em 2006, houve uma tentativa de atualização dos índices. Na época, foi elaborada uma portaria interministerial que propunha um aumento de apenas 30% nos índices, apesar de algumas culturas registrarem um aumento na produtividade de até seis vezes. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assinou essa portaria, entretanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) se recusou a implementar e, assim, aquele referencial desatualizado permanece até hoje.

Com a utilização de dados tão antigos, é praticamente impossível definir uma propriedade como improdutiva nos moldes do agronegócio. Em entrevista realizada em 2015 com a professora Eliane Tomiasi Paulino, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), a pesquisadora afirma que para uma propriedade ser considerada improdutiva no Brasil ela precisa estar praticamente ociosa:

> [...] qualquer atividade no interior dela vai alcançar esse índice mínimo. Esse ano a grande propriedade recebeu 180 bilhões de reais de recursos para financiamento. Tem terra ao seu dispor e assistência técnica. Com tudo isso, ela tem um patamar de produtividade que faz desses índices inaplicáveis. Então quando o

> Incra solta um laudo dizendo que a terra é produtiva, ele está coagido por uma legislação absolutamente criminosa, porque essa legislação está muito distante dos padrões mínimos de aplicabilidade. [...] Quando se faz os laudos de produtividade, a área de reserva legal e APP não são contabilizadas. E nós sabemos que hoje no Paraná, por exemplo, só temos 4% da área com cobertura vegetal. Portanto, esses proprietários já fizeram a retirada ilegal das áreas e não é verdade que não tinha legislação ambiental que protegia floresta na época. Nossa legislação que obrigava que 20% da área fosse deixada como reserva legal é de 1934 (PAULINO, 2015, s/n).

Ou seja, os parâmetros que medem a produtividade das propriedades agrícolas são extremamente desatualizados e incompatíveis com a realidade. Isso mostra que medir o desenvolvimento gerado pelo agronegócio a partir de tais índices é, na verdade, uma distorção da realidade. Situação que nos leva a afirmar com subsídios concretos que o agronegócio não é tão representativo na economia quanto as propagandas e até mesmo os dados divulgados como oficiais nos fazem crer.

Além disso, o Incra afirma que só restam possibilidades de compra de terras para reforma agrária, mas um levantamento da Procuradoria Geral da União (PGU) acusa que em praticamente metade das terras agrícolas do país, existe processo de grilagem. Apenas entre 2003 e 2014, entraram para o cadastro de imóveis do Incra 280 milhões de hectares de terras. Esses dados estão levantados a partir do cadastro de imóveis rurais do próprio Incra, entretanto, não existe nenhum movimento da autarquia para reaver e destinar à reforma agrária essas terras griladas.

Embora a Constituição Brasileira determine que só tem assegurado o direito de propriedade aquela que cumprir a função social, existe um conjunto de legislações que foram construídas para legitimar a manutenção do latifúndio. Quatro elementos definem o cumprimento da função social de uma propriedade. O primeiro deles é ser produtiva; o segundo é respeitar a legislação ambiental; em seguida respeitar a legislação trabalhista; por fim, permitir o progresso social dos que vivem e trabalham na terra. Porém, esses elementos são forjados porque aqueles que constroem as leis e as julgam se não são os próprios proprietários (agindo em causa própria), têm vínculos imediatos com os latifundiários.

Nesse contexto, a disputa pela terra não é simbólica, ela se dá de maneira concreta, com armas e com muito sangue escorrendo. Os movimentos populares compreenderam que quando não há pressão não é possível avançar rumo a uma

distribuição de terras mais justas. Por isso, apostam nas ocupações de terras improdutivas e já tiveram importantes vitórias com essa estratégia. Porém, os latifundiários e as grandes empresas que lucram com o agronegócio não estão dispostas a perder nenhuma porcentagem de seus lucros e, para isso, defendem suas propriedade a qualquer custo. Além do forte lobby do agronegócio que se dá no Congresso Nacional para a garantia de legislação em favor desse modelo e para a criminalização e perseguição institucional dos movimentos, os números da violência no campo revelam o que está em jogo e que a perseguição se dá também para além dos espaços institucionais. Dados mostram que, apenas no último ano, 54 pessoas morreram pela violência no campo (CPT, 2017).

Dentre as formas de violência no campo, a que ocorre contra indígenas é uma das mais invisíveis e pouco contabilizada nas estatísticas, mas não por isso elas deixam de existir. As motivações desse tipo de violência estão relacionadas sobretudo, com a questão territorial e étnica. Dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostram que entre 2003 e 2011, 503 índios foram assassinados no Brasil. Um dos grandes conflitos em relação a esses povos se dá em razão da demarcação de suas terras. A Constituição Federal, no artigo nº 231, estabelece a demarcação das terras indígenas como um processo de regularização e garantia de determinada área para uso exclusivo de determinado grupo indígena a fim de promover justiça social e o reconhecimento histórico de direitos originários:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

Entretanto, mesmo garantida pela Constituição, a demarcação é um processo muito demorado e por vezes doloroso. Os grupos ruralistas e outros setores econômicos tentam a todo custo impedir as demarcações em nome do “progresso”, sobretudo, do agronegócio. Enquanto determinada área não é demarcada, a população indígena fica isolada de acesso a políticas públicas e condições mínimas de saúde e saneamento que são dependentes da regulamentação.

Existe dentro do Congresso Nacional forte pressão da bancada parlamentar ruralista para que sejam alteradas as regras de demarcação. Há uma Proposta de

Emenda Constitucional (PEC 215) que transfere do Executivo para o Legislativo a responsabilidade sobre a demarcação. Em meio a muitas tentativas de flexibilizar o processo de demarcação de terras, está por trás um único interesse: o de abrir caminhos para que o agronegócio avance sobre terras indígenas a possa explorar e esgotar suas riquezas.

Enfim, Lula e Dilma fizeram a opção pelo agronegócio como um dos carros-chefes das políticas econômicas de seus governos. Para sustentar a opção política e econômica feita em nome do projeto desenvolvimentista, foram necessárias medidas por vezes contestadas por setores importantes de seus eleitorados - sobretudo, pelos movimentos populares organizados. Financiamentos facilitados, empréstimos subsidiados, publicidade, cargos públicos, pastas ministeriais e muito mais foi entregue ao agronegócio. Uma aposta cara que colocou em jogo as riquezas nacionais, a sobrevivência dos povos tradicionais, a vida dos trabalhadores rurais e até mesmo a coerência ideológica de pessoas que, historicamente, se projetaram enquanto defensores dos trabalhadores e suas lutas.

Embora a escolha pelo agronegócio possa ter alguma viabilidade econômica - afinal de contas, o Brasil é um país com grande potencial para a produção agropecuária em razão de sua extensão territorial e fertilidade de seu solo -, pretendíamos explicitar neste capítulo que o agronegócio não é tudo o que seu discurso demonstra ser para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. A insistência nesse modelo se dá, fundamentalmente, pelo comprometimento dos governos - inclusive, os governos Lula e Dilma - com a lógica rentista do capitalismo globalizado.

2 A CHARGE E SEU CARÁTER MOBILIZADOR E HISTÓRICO

Todas as discussões apresentadas até aqui sobre as questões que envolvem o agronegócio foram realizadas para que pudéssemos desenvolver uma interpretação específica sobre como ele se configurou até chegar no contexto contemporâneo. O acesso que temos sobre a história brasileira e os impactos da questão agrária na vida econômica, social e política das pessoas são bastante restritos. Quem conta a história são, via de regra, os donos do poder, portanto, as elites, justamente aqueles que aqui apontamos como responsáveis pelos entraves para a realização de uma reforma agrária.

Nosso propósito é compreender de que forma os temas que envolvem o agronegócio foram abordados nas charges desenhadas pelo chargista Carlos Latuff, porque acreditamos estar representado, nesse contexto, uma interpretação sobre os diversos fatores que compõem a referida pauta pela perspectiva dos movimentos sociais do campo, diferente daquela hegemonicamente difundida nos discursos de parlamentares ruralistas e da grande mídia, principalmente.

Verificando a história recente do Brasil, podemos perceber que a charge desempenhou um papel importante para o desenvolvimento crítico e para determinadas interpretações da realidade, sobretudo, pela ótica dos trabalhadores. Intensamente utilizada nos jornais sindicais das décadas de 1980 e 1990, as charges promoviam debates que iam além dos limites do que dizia respeito à categoria representada; tratavam de temas das conjunturas locais e nacional, cidadania, direitos humanos e opressões.

Devemos ressaltar que nossa pesquisa se concentra em um objeto comunicativo visual específico dentro da iconografia: a charge. Esse produto, a partir do conceito que adotamos para defini-lo, possui características próprias que diferem de outros produtos ilustrativos como o cartum e a caricatura. O principal potencial da charge, e por isso sua conformidade enquanto cerne desta pesquisa, é ser considerada como fonte de pesquisa histórica. Assim, com a busca que nos propomos aqui, é possível traçar uma ideia de como o agronegócio foi consolidado como política agrária dos governos Lula e Dilma e como foi representada a partir de fatos históricos relevantes.

Nosso objeto de estudo possui particularidades que vão desde a sua capacidade de permitir a análise de acontecimentos até a averiguação da reação do grupo que entra em contato com os temas e que passa, invariavelmente, pelo humor. Neste capítulo, trataremos da charge a partir de sua importância histórica e discursiva de impactar a realidade e provocar processos de mobilização. Para melhor compreender todos os elementos e particularidades de nosso objeto, separamos em dois tópicos. Primeiramente, apresentaremos características importantes de serem consideradas e que colocam a charge dentro do campo da comunicação visual. Em seguida, aprofundaremos a sua relação política com os objetivos e contexto em que é produzida a charge.

2.1 A CHARGE ENQUANTO PRODUTO COMUNICATIVO: SUA MANIFESTAÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Por muito tempo a imagem foi considerada como mero elemento ilustrativo, importando como fonte de conhecimento e como documento histórico apenas as fontes verbais. Embora o uso das imagens nas pesquisas em Ciências Humanas não seja recente, vale frisar que sempre houve certa resistência em se trabalhar os fatos sociais a partir das imagens, principalmente, na academia. Foi a partir da década de 1920 que se ampliou a noção de documento histórico e se apontou a importância das fontes visuais como mecanismos possíveis para a leitura e a interpretação da realidade. Ulpiano Meneses (2003), a partir dos estudos no campo das ciências sociais, aponta que

> Foi na virada da década de 1980 que eles deram não só uma convergência de várias abordagens, interesses e disciplinas em torno do campo comum da visualidade, como também mantiveram a percepção cada vez mais ampliada da sua importância na produção do saber acadêmico, além da sua contemporaneidade (MENEZES, 2003, p.23).

Portanto, observa-se que na década de 1980 concentrou-se o interesse na imagem visual como campo de pesquisa, quando antropólogos, historiadores e sociólogos passaram a enxergar a iconografia como fonte documental. Esse fenômeno muito se deu em resposta ao afundamento dos paradigmas positivistas,

lançando a utilização de imagens como novo desafio teórico e metodológico para as pesquisas. Afirmam Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro:

> As imagens trazem, subjacentes à informação iconográfica propriamente dita um manancial de outras informações que exigem do pesquisador uma reflexão diferente daquela que ocorre quando da interpretação dos textos. É nas deformações, nas omissões e nas "entrelinhas" visuais que encontramos um campo fértil para o estudo das mentalidades (KOSSOY; CARNEIRO, 2002, p.12).

Nosso objetivo aqui é tratar especificamente de uma das modalidades das linguagens iconográficas, do humor gráfico. Nesse sentido, se faz necessário conceituarmos a iconografia dentro da compreensão das teorias das imagens. Por iconografia chamamos os "sistemas de linguagem que se definem como expressões comunicativas imagéticas e tipos de arte de representação constituídos através da imagem produzida pelo traço humano" (MIANI, 2010, p.45).

Compreendemos que as imagens e, especificamente, o humor gráfico possibilitam novos olhares e ressignificações dos contextos históricos e, portanto, se constituem como fonte de pesquisa historiográfica. Trata-se da possibilidade de utilizar as fontes iconográficas para discutir ou questionar possíveis leituras sociais, ou seja, as expressões do humor gráfico se constituem enquanto ressignificações dos contextos histórico e social.

Assim, compreendemos a iconografia, sobretudo, a que versa sobre o humor gráfico, como possibilidades de um novo olhar sobre as experiências da realidade, possibilidade de politização pelo registro histórico que se constrói com elementos como a sátira, a comicidade e a ironia. Trata-se de um olhar crítico sobre determinado contexto que tem a capacidade de representar o cotidiano sem necessariamente fazer uso da linguagem verbal. A produção visual que aqui vamos tratar se configura enquanto possibilidade de reinterpretação da realidade a partir da voz daqueles que não têm poder de fala.

Maria Lindaci Gomes de Souza (2004) compreende a linguagem humorística para além de mero registro iconográfico. A autora defende seu potencial de representação e mediação entre a sociedade e aquilo que ela produz de cultura, marcada, inclusive, pela dualidade do que é percepção ou do que é razão, já que:

> Re-introduz o leitor no universo de percepções sensoriais da fantasia, da imagem satirizada e do grotesco de maneira imediata, para, em seguida, de forma processual, incorporá-lo no universo da razão e do entendimento mesmo desse fragmento social (SOUZA, 2004, p.102).

Do ponto de vista da interpretação da linguagem iconográfica, vale dizer que a leitura de uma imagem não deve se objetivar apenas pelos traços reproduzidos. O desenhista imprime em seu desenho toda uma construção social e sua visão de mundo; portanto, a leitura de um texto não-verbal nos força, por ela mesma, a resgatarmos uma reflexão sobre as questões do cotidiano. O mesmo podemos dizer sobre a interpretação dessas iconografias. O leitor pode alterar o significado da imagem conforme o acúmulo que carrega a partir de suas experiências, por isso as iconografias não seguem um plano lógico; trata-se da conciliação entre a representação e a realidade.

Dentro da categoria do humor gráfico inserido como possibilidade de linguagem iconográfica se constituem diferentes modalidades, dentre elas, a caricatura, o cartum, a história em quadrinhos e a charge. Neste trabalho pretendemos tratar especificamente da charge, mas é fundamental apresentarmos em quais os aspectos, do nosso ponto de vista, ela se diferencia das outras modalidades.

A principal característica da charge é o seu aspecto crítico e político que faz com que ela vá além da simples representação de um fato ou de um personagem, pois tem a capacidade de, a partir do olhar do chargista, apresentar e denunciar as contradições da realidade, potencializando a mobilização. Para isso é necessária uma memória social para que os elementos da charge façam sentido, já que ela se constrói sobre um fato, um tempo e um espaço específicos.

Diferente da charge, o cartum não carrega essa relação com o tempo e o espaço de sua produção, o que faz dele uma imagem mais perene enquanto representação. Se deslocado de seu contexto de produção, carrega consigo o mesmo sentido para o qual foi proposto. Pode também trazer a crítica, mas não com fatos ou personagens reais; insere-se mais no campo do imaginário social. É “um desenho caricatural que apresenta uma situação humorística, utilizando ou não legendas [...] é atemporal e é universal pois não se prende aos acontecimentos do momento” (FONSECA, 1999, p.26).

A história em quadrinhos, assim como o cartum, tem espaço para a crítica, mas de maneira mais inocente e inconsequente que a charge; porém, por sua vez, se caracteriza por ser uma “narrativa composta por imagens que se sucedem, complementada por textos (balões). No jornal, aparece de forma seriada. Na revista, publica-se integralmente” (MELO, 2003, p.167).

Por fim, a caricatura é a representação humana ou de objetos de maneira exagerada ou simplifica em seu detalhe, ressaltando, geralmente os defeitos. Para Aucione Torres Agostinho (1993) é onde se inicia a charge, já que a caricatura “também se preocupa em criticar através do exagero, visando não apenas o aspecto físico do indivíduo, mas também a sua personalidade e o seu comportamento dentro do grupo social” (1993, p.29). Essa modalidade pode aparecer de forma isolada ou mesmo integrada nas charges, cartuns ou histórias em quadrinhos, ou ainda, como prefere Miani (2012, p.40), a “[...] a charge pode conter a caricatura (melhor dizendo, retrato caricato) como um de seus elementos materializados”.

Tanto a charge como o cartum se configuram enquanto modalidades opinativas dentro da linguagem jornalística, pois são a expressão do traço do desenhista; carregam em si a opinião e o ponto de vista do profissional. Diferente de uma notícia ou de uma reportagem, essas modalidades permitem maior liberdade pelo traço, ainda que seja levada em consideração a linha editorial do veículo onde ela é publicada. É no seu uso que percebemos as diferenças entre as duas.

A charge é utilizada normalmente na parte inicial do jornal e por se tratar de um texto opinativo se configura enquanto parte do editorial do jornal, sem necessariamente vir acompanhado por texto verbal. Gilberto Maringoni (1996) explica que:

> [...] com a crescente “objetivação” do noticiário em geral e uma pretensa imparcialidade nas pautas, revalorizou-se no país o colunismo opinativo. Esses adereços acabam sendo o diferencial de cada veículo. Por serem exatamente o “toque pessoal”, eles só tem função se funcionarem como antenas do jornal, abridores de picadas, aventureiros por “mares dantes nunca desbravados” dentro das páginas diárias (MARINGONI, 1996, p.85).

Assim, esse papel mais crítico e reflexivo da charge ocupa às vezes mais importância que uma matéria informativa. Por isso, as charges carregam a ousadia em sua essência justamente para despertar a reflexão no leitor. Maringoni afirma

que a charge é “uma espécie de ‘editorial gráfico’”. Mas que “enquanto num artigo o autor pode, após um contundente ataque, emendar um “mas-contudo-todavia”, na charge esses malabarismos não são permitidos. [...] A charge é contra ou a favor. É porrada ou não” (MARINGONI, 1996, p.86).

Aquilo que nos permite diferenciar uma charge de um cartum é, sem dúvida, a relação com o seu contexto da produção. Enquanto o cartum carrega o seu sentido por muito tempo, podendo ser até mesmo inesgotável, a charge possui uma relação intrínseca com o tempo e o local em que foi produzida. Ela trata de um fato específico e de personagens reais, por isso para a sua compressão é necessário que o leitor possua acúmulo, uma memória social, sobre aquilo que é ali representado, caso contrário, a charge não fará sentido, ou então, não terá o sentido para o qual foi produzida. Sobre essa característica, Ivete Cecere Gueno (2008, p.7) afirma que a compreensão da charge “[...] depende da pertinência do autor e do leitor na construção e reconstrução do significado. Como texto humorístico, joga com a ambigüidade da linguagem, com o absurdo da situação e até com a ilogicidade”. Além disso,

> Obriga o leitor a realizar associações, buscando informações extratextuais. Pressupõe um leitor constante que reconheça nas caricaturas os sujeitos evocados e, no traço sintético, os fatos ocorridos, capaz de estabelecer relações e realizar inferências para chegar ao sentido (GUENO, 2008, p.7).

Mais do que apresentar um pensamento, a charge apresenta um posicionamento. Assim como afirmou Maringoni (1996), não é possível um meio termo, ela demarca um lado da história ao representar um fato e seus personagens. E é essa a sua finalidade, conforme afirma Antonio Luiz Cagnin:

> Cabe à charge, expor uma idéia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arrazoados, princípios, programas ou ideologia (CAGNIN, s/d).

Para cumprir seu objetivo, a charge pode ou não aparecer em conjunto com um texto verbal. Quando cumpre o papel de “editorial gráfico” normalmente aparece desvinculada de qualquer texto, podendo inclusive apresentar o contraponto ao

posicionamento apresentado pelos textos verbais. Mas, a intertextualidade é uma das características da charge. Embora a imagem tenha o potencial de falar por si só, sem necessariamente precisar sem complementada por um texto, ainda assim ela pode dialogar com outras notícias ou reportagens presentes no veículo. Edson Carlos Romualdo (2000) argumenta que apesar de suas características bastante específicas, não podemos considerar a charge de maneira isolada; ela pode conversar até mesmo com textos de fora do jornal:

> O jornal apresenta um conjunto de textos que podem se relacionar de maneiras diferentes uns com os outros. Se a charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento, este deve ser um fato importante, com muita probabilidade de aparecer em outros textos do jornal. Isso dá ao leitor a possibilidade de relacioná-los e, até mesmo, usar esses outros textos para auxiliar na interpretação da charge. Nos casos em que as relações intertextuais se dão com textos que não estão no jornal, cabe ao leitor fazer a recuperação desses intertextos, para inteirar-se mais profundamente da mensagem transmitida pelo texto chárgico (ROMUALDO, 2000, p.6).

A esse respeito, Onici Flores (2002) complementa:

> A ilustração mostra os pormenores caracterizados de personagens, situações, ambientes, objetos. Os comentários relativos à situação representada aparecem por escrito. Escrita/ilustração integram-se de tal modo que por vezes fica difícil, senão impossível, ler uma charge e compreendê-la sem considerar os dois códigos, complementarmente, associando-os à consideração do interdiscurso que se faz presente como memória, dando uma orientação ao sentido num contexto dado - aquele e não outro qualquer (FLORES, 2002, p.14).

Geralmente restrita a um único quadro, do ponto de vista estético, Miani (2005) ressalta que apesar da autonomia do artista, existem características que frequentemente estão presentes nas representações. A linha, o ponto de enfoque, as perspectivas, a sombra, enfim, características visuais que tradicionalmente compõe um desenho. A charge pode ainda ser composta de elementos verbais como onomatopeias, balões ou narrativas. Como as charges dirigem-se a indivíduos dentro de um contexto social, ela se constitui de vários elementos estéticos para ser definida como representação imagética.

Ao definir a charge, Miani mantém o humor como uma característica presente:

> [...] é pelo humor que a charge ganha ares de transgressão ao estabelecer uma contradição entre o personagem e a situação que é retratada, pois a ilustração apresenta uma (im)possibilidade do fato (utilizando-se de elementos intertextuais ou pertencentes ao universo do receptor para permitir sua compreensão) e jamais se configura como uma mera reprodução das circunstâncias do ocorrido; sendo assim, o humor funciona como uma forma bastante consistente de crítica social (MIANI, 2005, p.27).

Por humor compreendemos não apenas a capacidade da imagem produzir o riso, já que muitas charges tratam de assuntos tensos, em que o riso é inapropriado. Aqui defendemos uma conceituação do humor que se refere à possibilidade de provocar no leitor a surpresa com o inesperado, de olhar para a imagem e transgredir por meio da sátira, da ironia e da crítica, seguido por um sentimento amortizador. Daniel de Oliveira Figueiredo (2012), embasado pelas formulações de Octavio Carvalho Aragão (2011), Umberto Eco (1989) e Mikhail Bakhtin (1997) aponta que o humor de transgressão

> [...] ocorre, portanto, ao identificarmos na enunciação do conteúdo humorístico a intenção de transgressão de entendimento de uma dada regra social, que ao ser violada e subvertida, proporciona a mobilização do intelecto na construção de outras propostas de raciocínios, além de ter em sua natureza a crítica ao tema/situação retratada (FIGUEIREDO, 2012, p.25).

A principal característica da charge que nos interessa aqui é o seu potencial comunicativo, configurando-se como arma ideológica de denúncia, embate e mobilização por meio da relação com um fato presente na memória social. Por isso, no próximo capítulo apresentaremos a charge a partir dessa função. Com um resgate histórico sobre o seu surgimento, podemos perceber que esse caráter político sempre esteve presente nesta modalidade da linguagem iconográfica e que a imagem, assim como a palavra, carrega em seu significado um sentido ideológico e, por isso, a capacidade de mobilizar para uma determinada direção.

2.2 O SENTIDO IDEOLÓGICO DA CHARGE E SEU POTENCIAL POLÍTICO

A tradição de representação da realidade por meio do humor gráfico já se apresentava desde a Regência e o Segundo Reinado, mas foi com o surgimento de revistas ilustradas na luta pela implantação da República no Brasil que esse tipo de iconografia ganhou maior notoriedade, sendo o contexto político de cada época o fermento para a criação dos desenhos. O *Diabo Coxo*, primeiro jornal de caricaturas de São Paulo, fundado em 1864 por Angelo Agostini e Luiz Gama, foi um marco nessa trajetória.

Muitos autores (GUENO, 2008; SALIBA, 2002; SODRÉ, 2011) apontam que a charge, nas primeiras décadas de seu surgimento, já se revelava como um instrumento das classes populares e oprimidas para se manifestarem, fazendo oposição à política imperial da época e objetivando a conscientização e a reflexão sobre os fatos políticos por meio do traço humano. Sobre o precursor dessa linguagem no Brasil, Nelson Werneck Sodré aponta o potencial político da charge presente desde o seu nascimento na imprensa brasileira:

> Agostini foi dos mais expressivos exemplos de como a militância política enriquece, amplia e multiplica o efeito das criações artísticas [...]. Suas caricaturas, por vezes contundentes, puseram a nu os traços grotescos da classe dominante brasileira do tempo, suas irremediáveis mazelas, seu atraso insuportável, e o vazio triste dos ornamentos, dos artifícios, dos disfarces que apresentava, buscando aparentar grandeza (SODRÉ, 2011, p.325).

Na história recente do Brasil, a charge assumiu um importante papel ao fazer o embate aos governos autoritários, sobretudo, durante a ditadura civil-militar e, por isso, passou a ser muito criminalizada e até mesmo censurada. O mais expressivo jornal que utilizou a charge como ferramenta de denúncia e enfrentamento desse período foi *O Pasquim*. O periódico teve grande importância para a produção chárgica brasileira, pois a partir dele a charge passou a predominar em detrimento do cartum, devido à necessidade de reagir ao regime.

Da mesma forma que para fazer o embate ao regime, a charge também se manteve bastante presente no esforço de retomada democrática como instrumento de mobilização, principalmente, na imprensa alternativa. Centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e organizações populares apostaram nas charges

em seus jornais, boletins e outros produtos comunicacionais. A imprensa alternativa via essa modalidade iconográfica como possibilidade de difusão de opiniões e até mesmo de militância. Mais recentemente, outros veículos - em especial, a internet - também têm utilizado a charge como recurso comunicativo para desenvolver suas críticas e análises.

Pela sua capacidade de transmitir várias informações de maneira direta e objetiva, contando é claro com o repertório de cada leitor, a charge se torna um interessante recurso para a imprensa alternativa dissertar em momentos de embate e tensão ideológica. A utilização das charges no contexto da imprensa sindical, por exemplo, significou uma estratégia comunicativa junto aos trabalhadores capaz de discutir temas de difícil compreensão, por meio da ilustração e do humor. Portanto, historicamente, a charge ocupou e ocupa espaços de demarcação de posições políticas nos veículos de informação e opinião do jornalismo brasileiro, via de regra, demarcando um jornalismo de oposição já que os grandes conglomerados da comunicação se alinham geralmente com o discurso das elites e não popular.

Sobre essas características Figueiredo destaca:

> As experiências da imprensa alternativa brasileira, conceitualmente colocadas como oposição à postura da imprensa burguesa, tiveram uma ação concreta na realidade, principalmente como repercussão do controle do poder político e econômico do regime militar e suas alianças sociais. Dessa forma, ocuparam os espaços que conseguiam e dispersavam suas ideias e opiniões em formatos estruturais bastante característicos (FIGUEIREDO, 2012, p.36).

Com tudo o que foi apresentado a respeito da charge até agora, constatamos que muitas características se aproximam com as formulações do filósofo russo Mikhail Bakhtin (1997), principalmente, no que ele formula sobre o sentido ideológico dos signos. Para esse autor, todo sistema de linguagens, e dessa forma, todo sistema de comunicação é eminentemente ideológico e que os signos são reflexos da realidade. Justamente por se referir a uma dada realidade, os signos têm significados diversos conforme a condição histórica e social do sujeito que os produz ou que os recebe.

Ainda nos apoiando nas categorias de Bakhtin e tratando especificamente da charge, ela se constitui a partir do traço humano e pode carregar uma mensagem por si só, ou vir acompanhada de outros suportes, bem como dialogar em seu

próprio limite gráfico com múltiplas perspectivas e linguagens. Essa característica se aproxima da concepção de dialogismo formulada por Bakhtin. A charge também tem caráter polifônico, já que é a expressão de múltiplas vozes que, na maioria das vezes, não têm espaço de serem expressas e ouvidas pelos meios tradicionais. Além disso, apresenta também aspectos da carnavalização que por ser produzida pelo povo e para o povo, assim como ter a capacidade de fazer transgredir, carrega elementos do grotesco. É o espaço para dizer o não dito, para emergir outras possibilidades, assim como no carnavalesco.

Diante das considerações apresentadas nesse capítulo, destacamos aqueles que consideramos os principais papéis que a charge desempenha ao ser veiculada. Além de seu caráter de servir como fonte histórica e, mais que isso, como memória de uma dada realidade e seus atores, ela carrega um forte potencial de mobilização, visto os exemplos trazidos da época da ditadura civil-militar no Brasil. Este elemento comunicativo tem a condição de chamar para a ação, de despertar novos olhares e novas interpretações que deixem seus leitores inquietos e provocados a assumir uma postura diante do fato. Combinado com esse papel, e até mesmo anterior em muitas situações, a charge é instrumento de denúncia, de dizer o que o convencional não irá dizer. Por fim, mas concomitante aos outros papéis, essa modalidade se constitui numa importante estratégia educativa; não é à toa que compõe inúmeras apostilas didáticas. Toca na ferida por meio do humor, transgride e amortiza pela ilustração.

3 O AGRONEGÓCIO NAS CHARGES DE CARLOS LATUFF

A partir das discussões feitas sobre o agronegócio, pudemos perceber o quão complexo é o tema. Vimos que ao logo de todo o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, a questão agrária foi sempre colocada a serviço da exploração capitalista. Vimos que as poucas tentativas de se fazer uma reforma agrária foram rapidamente reprimidas pelas elites que respondem com inconstitucionalidades e violência a qualquer ameaça aos seus interesses e privilégios. Vimos também como a opção pelo agronegócio, como política agrária dos governos Lula e Dilma, é controversa em seus fundamentos e politicamente contraditória e só reforça a perpetuação do mesmo sistema espoliativo que impera desde a Colonização.

Frente a essas reflexões, buscamos nos ater às práticas comunicativas dos movimentos populares, sindicais e organizações representativas dos trabalhadores que, por meio de sua produção chárgica, informam, denunciam e mobilizam a sociedade em torno de questões que revelam as mazelas do agronegócio e as possíveis iniciativas que fazem o contraponto a esse modelo. As charges que serão aqui analisadas se constituem como instrumentos de disputa de sentidos sobre a realidade histórica, social, econômica e política do campo.

Neste capítulo, procuramos nos orientar pela metodologia de análise do discurso chárgico que permite considerar as características da charge - os aspectos visuais, a intertextualidade, as informações que se mostram evidentes na imagem e a crítica que carrega - para perceber como se estabelece a relação da charge com o contexto sócio-histórico e com o próprio veículo em que foi disseminada e como o humor presente nos permite compreender quais aspectos estão sendo transgredidos no desenho. Também pretendemos verificar como aparecem os elementos históricos que são próprios à representação do campo, à questão agrária brasileira e ao agronegócio no tempo histórico a que referem as charges. Nossa análise, portanto, busca identificar os elementos presentes na imagem chárgica que nos permitam compreender a realidade sociopolítica que envolve o debate sobre o agronegócio, possibilitando a construção de uma denúncia do agronegócio brasileiro por meio das charges do desenhista Carlos Latuff.

Com um recorte temporal definido, selecionamos as charges que tratam do agronegócio como política dos governos Lula e Dilma e do agronegócio no contexto

da questão agrária, especificamente, seus impactos para os trabalhadores rurais e demais grupos impactados por ela, como os indígenas. Nossa busca se concentra nos desenhos produzidos por Carlos Latuff que, há quase 20 anos, retrata diversos temas por meio da charge. A questão agrária, não só brasileira, foi uma das primeiras abordagens iconográficas do chargista. Carlos Latuff é um chargista carioca que iniciou sua produção de cunho mais político desenhando para o movimento zapatista do México. Teve suas charges mundialmente difundidas após começar a desenhar em defesa da causa Palestina.

No Brasil, Latuff desenha para inúmeros jornais e portais da imprensa alternativa, entre eles, *Brasil de Fato*, *Opera Mundi* e *Sul 21*, bem como para diversos jornais sindicais. É, também, um importante parceiro de diversos movimentos populares, para os quais produz constantemente materiais gráficos de denúncia ou mobilização.

Para os movimentos sociais do campo, Carlos Latuff já produziu para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), para a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dentre outros.

No material pesquisado para este trabalho, encontramos diversas temáticas no contexto do agronegócio. A maior parte de nossa busca pelas imagens se deu a partir da internet. Utilizando o mecanismo de busca do Google, encontramos os sites dos principais movimentos atuantes no campo e para os quais Latuff ilustrou. Pelo acervo desses sites foi possível encontrar algumas das charges aqui analisadas. Outro caminho foi buscar as charges pela temática desejada em alguns dos *portfólios* do próprio chargista que estão disponíveis e organizados na internet. Optamos por reunir as charges que analisamos na ordem cronológica contemplando os subtemas abordados em cada uma delas.

Começamos nossa análise com uma charge produzida por Carlos Latuff em novembro de 2004 (figura 1). De nossa pesquisa, foi a primeira charge a pautar o tema do agronegócio desde o início do governo Lula. Ela foi selecionada do *portfólio* do chargista e não conseguimos localizar se foi utilizada por alguma publicação impressa. A imagem poderia ser utilizada, inclusive, como uma vinheta, pela sua concisão visual e impacto.

Figura 1 - Agrobusiness

Fonte: *Potfólio* de Carlos Latuff. Criada em 25 de novembro de 2004.

A charge é composta pelo desenho de uma arma com a palavra "*agrobusiness*" integrada ao seu formato. *Agrobusiness* é o termo em inglês que significa agronegócio. No plano de fundo da charge há uma série de cruzes de madeira cravadas no chão com a escritura "sem-terra" em cada uma delas. A crítica que a figura traz é certamente em relação à violência no campo provocada pelo avanço do agronegócio. O chargista chama a atenção para as mortes de trabalhadores rurais sem-terra.

O ano de 2004 (ano de publicação da charge) foi bastante importante para o agronegócio. Depois de um período com o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,32% durante o governo FHC (1995-2002), o PIB, no segundo ano do governo Lula, já atingia o patamar de 5,7%, tendo como principal fator para esse aumento a valorização nos preços de exportação das *commodities,* subindo de US$ 30,6 bilhões em 2003 para quase US$ 40 bilhões em 2004. Para o ano agrícola 2004/2005 o Ministério da Agricultura anunciou o financiamento a partir de várias fontes no montante de aproximadamente US$ 15 bilhões [12]. Nessa época, o governo já vinha defendendo ativamente esforços para suprir as necessidades do agronegócio, sobretudo, relacionadas a financiamentos, disponibilizando 39% a mais de recursos em 2004 que no ano anterior [13].

[12] (Gazeta Mercantil, 24/05/04, p. B-12).
[13] (Gazeta Mercantil, 24/05/04, p. B-12).

Ao mesmo tempo em que as atenções do governo se voltavam para o agronegócio, naquele ano, os movimentos sociais retomaram a intensificação das ocupações de terras a fim de pressionar o governo para revogar uma Medida Provisória de 2000 - que havia se tornado lei -, proibindo o governo de comprar terras - mesmo improdutivas -, como uma resposta às ocupações. Entretanto, ao mesmo tempo em que as ocupações aumentaram, acentuaram-se também os casos de conflito no campo. De acordo com o Relatório de Conflitos no Campo (RCC) da CPT (2004)[14], em 2003 foram registrados 73 assassinatos, 64 tentativas de assassinatos, 14 mortes em conseqüência, 266 ameaças de morte, 16 casos de tortura, 405 agressões físicas, 380 prisões e 48 registros de feridos em um total de 1.690 conflitos.

Portanto, a referida charge foi publicada nesse contexto de ampla violência no campo, ao mesmo tempo em que o governo realizava amplos investimentos no agronegócio. A relação da charge com o seu contexto de produção explicita essa contradição e também denuncia o responsável por essa realidade de violência - o agronegócio - que aparece como parte da arma no primeiro plano, enquanto as cruzes que representam as dezenas de mortos, vítimas da violência no campo, estão ao fundo num plano marrom, que pode ser relacionado à própria cor da terra.

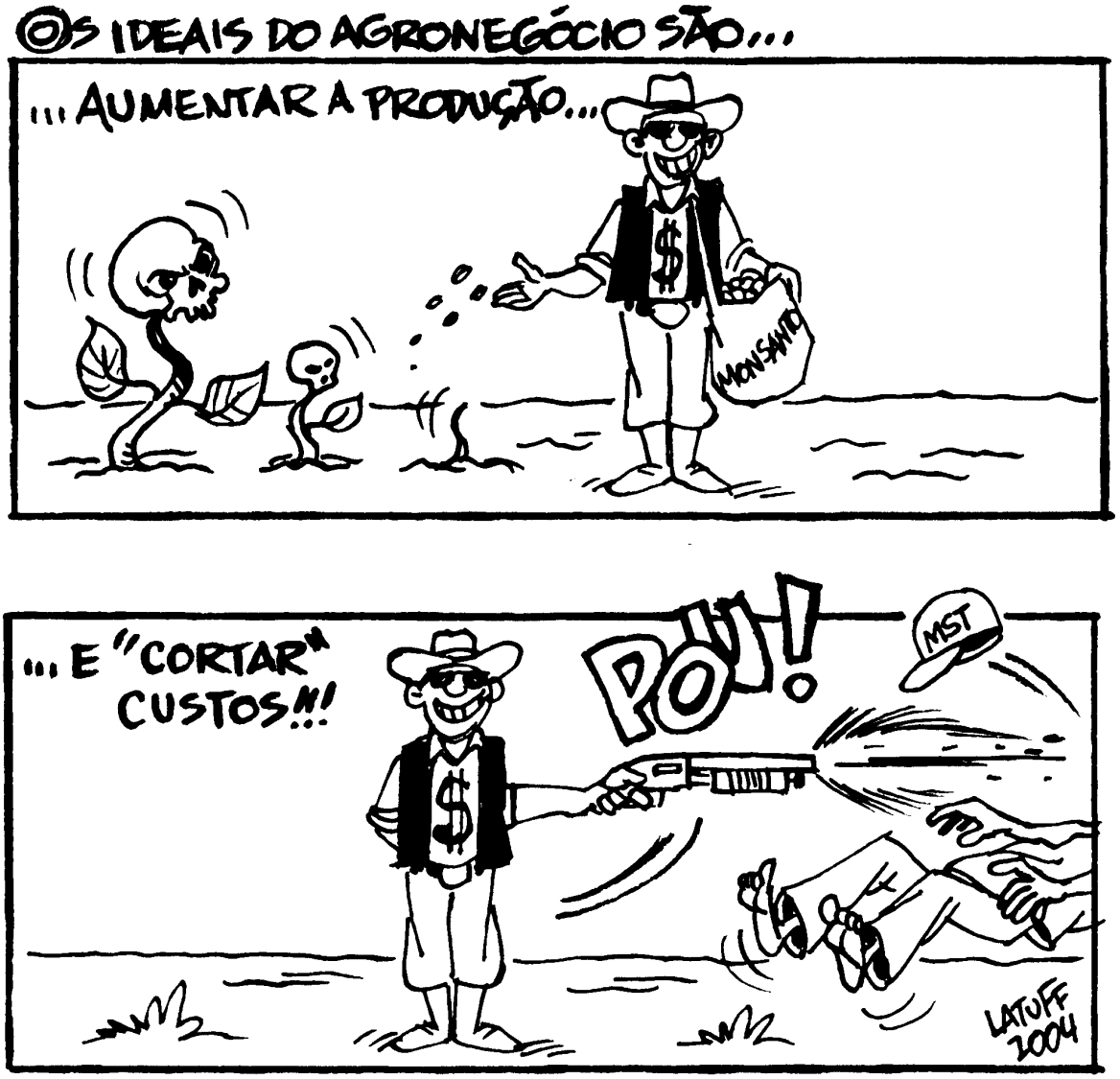
A segunda charge que apresentamos para a análise também foi selecionada do *portfólio* do chargista, criada em 16 de dezembro de 2004 (figura 2). Contendo dois quadros, a charge se propõe a revelar “os ideais do agronegócio...”, quais sejam. “...aumentar a produção...” e “... ‘cortar’ custos!!!”.

No primeiro quadro vemos um fazendeiro (apesar de estar realizando uma tarefa que é própria de um agricultor - semeando a terra -, não é possível dizer que seja um agricultor, pois sua vestimenta não é compatível com as roupas utilizadas por um agricultor em atividade; além disso, ele está usando um chapéu característico de fazendeiro, óculos escuros e uma camisa com um cifrão como estampa, representando a riqueza que é própria da condição de um fazendeiro - jogando sementes ao solo, retiradas de uma bolsa onde aparece o nome “Monsanto” - empresa multinacional de agricultura e biotecnologia -, ao lado de duas plantas de soja (identificáveis pelo formato das folhas), com o grão representando uma caveira.

[14] https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/246-conflitos-no-campo-brasil-2004

Para completar esse quadro, temos um elemento verbal apresentando o primeiro “ideal do agronegócio”, “aumentar a produção”.

Figura 2 - Os ideais do agronegócio



Fonte: *Potfólio* de Carlos Latuff. Criada em 16 de dezembro de 2004.

No segundo quadro, a imagem traz o mesmo fazendeiro com a mesma expressão e vestimenta, dessa vez com uma arma em sua mão esquerda, atirando em direção a um trabalhador rural vinculado ao MST (identificado pelo fato de aparecer um boné do MST sendo lançado em direção contrária ao sentido da queda do corpo do trabalhador atingido pelo tiro). A representação do ato de atirar é

revelada por um elemento visual, a linha e as hachuras saídas do cano da arma, e a onomatopeia “pou!” representando o som produzido pelo tiro. Nesse quadro, o elemento verbal apresenta o outro “ideal do agronegócio”, “cortar custos”.

Se tomarmos o elemento verbal numa construção textual única, ou seja, “aumentar a produção e cortar custos”, de fato, podemos considerar que se trata de objetivos relacionados ao agronegócio, sem grandes contestações. Porém, o que vemos nessa charge é justamente a utilização, por parte do chargista, de uma ideia objetiva relacionada ao agronegócio sendo transgredida por meio de recursos textuais argumentativos combinados com a apresentação de elementos visuais que promovem outra compreensão em relação ao próprio sentido e objetivo do agronegócio, produzindo assim um efeito de humor como condutor de sua critica. Esse efeito é produzido, principalmente, no segundo quadro, quando a ideia de “cortar custos” (que poderia ser entendido como uso racional de recursos para a produção agrícola e pecuária) é substituído pelo ato de eliminação do próprio trabalhador rural e, em especial, daqueles que se encontram vinculados organicamente às suas organizações políticas de classe, como é o MST. Um reforço a essa constatação derivada da observação e análise dos elementos visuais está presente no próprio elemento verbal, quando verificamos que a palavra “cortar” está entre aspas, conduzindo o leitor a considerar nesse termo um duplo sentido, mais precisamente, a ideia de eliminar.

Ampliando nossa análise, a charge apresenta no primeiro quadro a realidade da presença de empresas multinacionais na área de sementes - principalmente de sementes transgênicas, que é uma área de atuação hegemônica da empresa Monsanto - e faz a crítica à nocividade do uso da tecnologia da transgenia, representada pelas caveiras no lugar dos grãos. O uso de sementes transgênicas, para os seus defensores e usuários, é garantia de aumento de produtividade, o que se revela no elemento verbal presente nesse quadro.

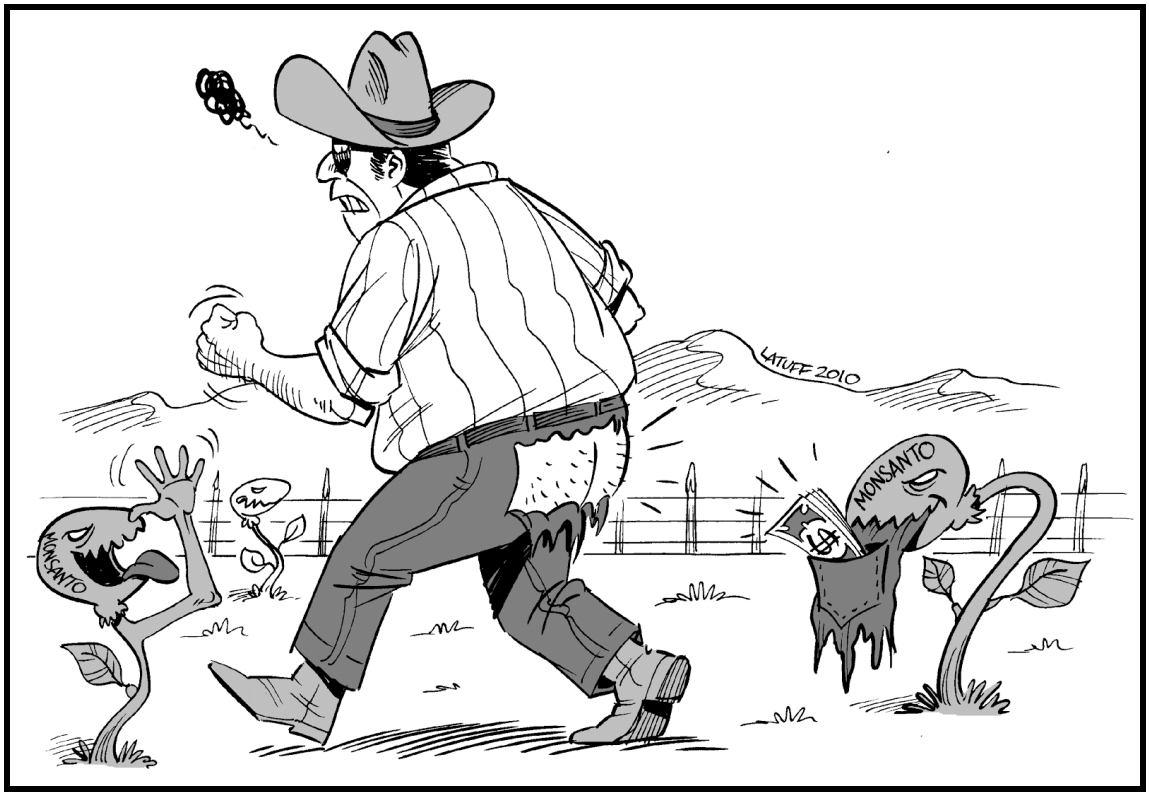
Essa questão em torno dos transgênicos se apresentou como um dos primeiros impasses do governo Lula com os movimentos sociais do campo, pois o referido governo contrariou as posições e os interesses das organizações políticas dos trabalhadores rurais ao editar em 26 de março de 2003 a medida provisória nº 113 (que se tornaria lei em junho do mesmo ano), que permitia a “legalização temporária da transgenia para poder escoar a safra 2002/2003 de soja,

especialmente a transgênica” (BENTHIEN, 2003, p.72). O governo Lula aprofundou ainda mais a tensão com os movimentos sociais campesinos ao editar nova medida provisória em setembro do mesmo ano, de número 131, com o mesmo teor da anterior, para liberar a venda da safra de 2003/2004. A charge de Latuff aparece, justamente, para corroborar com uma critica ao avanço dos transgênicos no contexto da produção agrícola brasileira.

Por fim, no segundo quadro, temos que destacar que o chargista também aborda a questão da violência contra os trabalhadores rurais, em especial, vinculados ao MST. Desde a fundação desse movimento social do campo, em meados da década de 1980, suas lideranças e ativistas têm se tornando alvo de todo tipo de violência, inclusive, vítimas de assassinatos, realidade que não se alterou com a eleição de Lula à presidência da República.

Ainda sobre a questão dos transgênicos, selecionamos outra charge para analisar, porém retratando o debate da referida questão alguns anos depois, precisamente no último ano do segundo mandato do governo Lula. A charge foi produzida em fevereiro de 2010 por Carlos Latuff (figura 3) e foi veiculada no *blog* da ativista digital Maria Frô - vinculado à *Revista* Fórum.

Figura 3 - O monopólio da Monsanto e o endividamento dos produtores



Fonte: *Revista Fórum* / *blog* Maria Frô. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2010/02/02/latuff-aos-sojeiros-eu-disse-a-voces/>. Criada em 01 de fevereiro de 2010.

A charge aparece como ilustração de uma pequena nota produzida pela blogueira sobre um impasse que se estabeleceu entre os produtores de soja do Mato Grosso e a empresa Monsanto, envolvendo o fornecimento monopolizado de sementes transgênicas. Apesar de a charge cumprir uma função meramente ilustrativa, ela serviu de pretexto para o título da nota que foi “Latuff aos sojeiros: eu disse a vocês”.

Na charge, apesar de ser veiculada em escala de cinza, identificamos que está representando o ambiente rural, principalmente, pela cerca e pela grama desenhadas. Nesta charge, diferente das anteriores, a figura do ruralista (novamente identificado pelo chapéu) está em posição desfavorável diante das sojas que, personificadas, fazem caretas e zombam do ruralista. Duas das sojas espalhadas pelo campo trazem escrita a palavra “Monsanto”, que, como já apontamos, é uma das principais multinacionais produtora e comercializadora de sementes transgênicas e agrotóxicos. Uma das sojas segura entre os dentes um pedaço do

bolso cheio de dinheiro da calça rasgada do ruralista. Enquanto isso, o homem se afasta irritado e com a bunda à mostra.

A crítica que o chargista apresenta com esses elementos e essa narrativa é a de que as transnacionais produtoras de sementes transgênicas, especialmente a Monsanto, são as que mais saem lucrando com o avanço do agronegócio. Mesmo os fazendeiros sendo muito beneficiados por este modelo, são as grandes empresas que produzem os insumos as que mais lucram, tudo isso à custa da exploração dos trabalhadores rurais, da degradação do meio ambiente e até mesmo da dependência dos grandes proprietários em relação aos seus produtos; essas empresas acabam ficando com uma parcela significativa dos lucros dos fazendeiros do agronegócio.

A Monsanto, empresa norte-americana, pioneira na comercialização de produtos químicos e transgênicos, existe há 115 anos e hoje detém o monopólio das sementes no mundo, o que lhe permite cobrar o preço que quiser pelas sementes, encarecendo os alimentos com a cobrança de *royalties* e, como consequência perversa de suas ações, colocando em risco a segurança alimentar mundial. A empresa vende a promessa de que o produto transgênico é mais resistente às pragas, que necessita de menos defensivos agrícolas e que é mais produtivo, porém Maria-Monique Robin (2008) em seu livro “O mundo segundo a Monsanto”, prova que esse discurso só serve para que os agricultores se tornem reféns da empresa.

A Monsanto foi a principal responsável pela introdução dos transgênicos no Brasil e hoje o país é o segundo maior produtor de transgênicos no planeta, perdendo apenas para os EUA. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e produziu em 2010 um faturamento de aproximadamente US$ 7 bilhões para a indústria do setor[15].

Como um exemplo do efeito colateral que essa realidade produz, uma onda de suicídios atingiu produtores de algodão da Índia após verem as promessas de lucro de suas lavouras de algodão se transformar em comida de praga e suas dívidas junto à Monsanto tornaram-se impagáveis, mesmo com o lucro das colheitas. As apropriações da Monsanto são apresentadas como soluções para salvar o mundo. No entanto, essa gigante da indústria tem força política, econômica e até mesmo científica para seduzir o mercado e punir os que se opõe a ela (ROBIN, 2008).

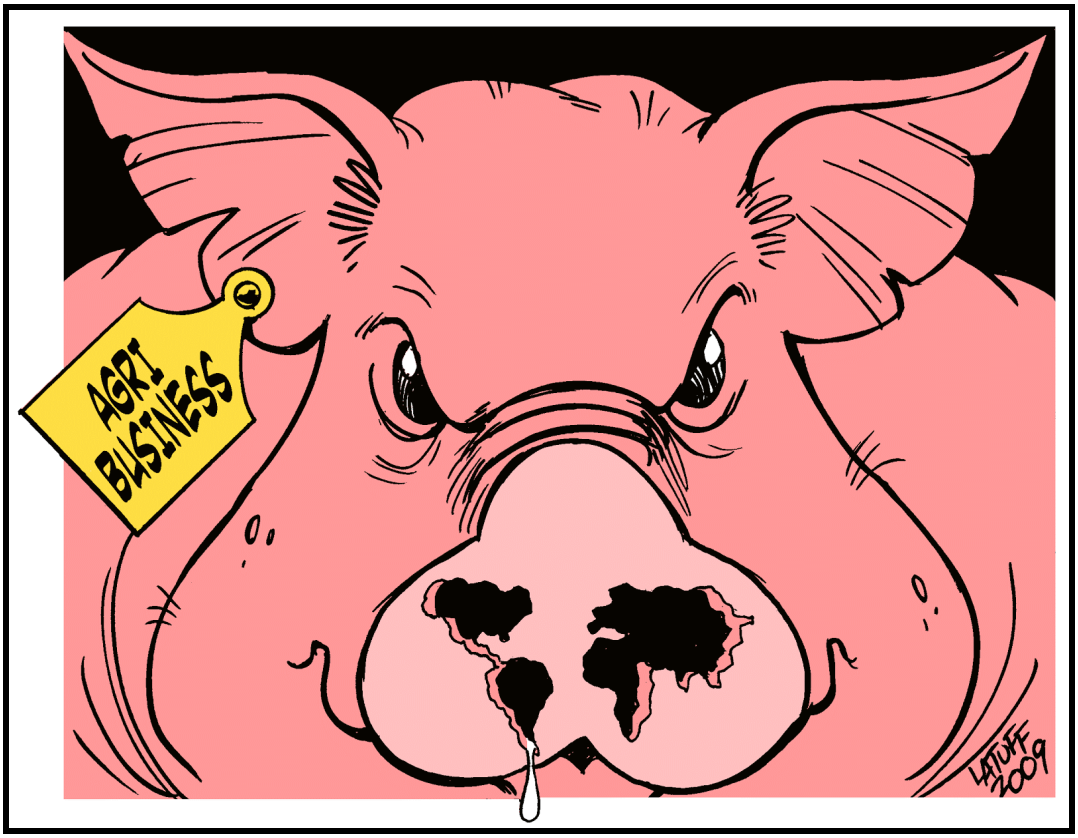
[15] https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/cartilha-dados-sobre-agrotoxicos-mundo-brasil-maio-12.pdf

Esses episódios foram justamente a motivação para a produção da nota da blogueira Maria Frô e as informações contidas na referida nota contribuem decisivamente para a compreensão da crítica empreendida pela charge, pela ação da intertextualidade. O título se tornou o recurso discursivo utilizado para vincular o texto à charge, exigindo do leitor que busque as conexões entre as informações apresentadas e a representação imagética para apreender a totalidade da análise e da crítica propostas.

Considerando essa contextualização, podemos afirmar que a charge faz uma crítica justamente a esse discurso manipulador que a empresa difunde incorporando ainda a sátira para chamar a atenção para a ilusão dos produtores de que as sementes alteradas e os agrotóxicos vendidos são a solução ou a possibilidade de uma produção lucrativa.

A próxima charge que apresentamos para a análise foi selecionada do acervo *online* do chargista, disponibilizada em 23 de maio de 2009 (figura 4). A charge faz referência à gripe suína que atingiu várias partes do mundo naquela época. A proposta do chargista foi associar a pandemia da gripe suína com o agronegócio, de maneira a denunciar os responsáveis por aquela situação já que o nome da gripe se popularizou a partir da relação com o animal transmissor, uma estratégia típica para acobertar os reais responsáveis.

Figura 4 - Gripe suína e agronegócio



Fonte: Disponível em: <https://archive.org/details/SwineFluTransgenicsAndAgribusinessA>
Criada em 21 de maio de 2009.

Na charge, a cara de um porco ocupa quase a totalidade da imagem. O animal foi desenhado com uma expressão assustadora, para produzir um efeito de vilania - recurso comum para retratar os vilões em histórias em quadrinhos. Suas narinas remetem a uma imagem do globo terrestre, dimensionando a amplitude da epidemia. Observamos, ainda, uma secreção escorrendo por uma das narinas, fazendo a relação entre a gripe e seu transmissor. Porém, o principal elemento a ser observado para nossa análise está no fato de o porco carregar na orelha um marcador com a palavra “agribusiness”, relacionando a questão ao agronegócio.

A gripe transmitida pelo vírus H1N1 teve seu primeiro caso registrado no México em março de 2009, mas em junho já havia atingido o nível 6 - nível máximo de alerta, que configura uma pandemia, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) -, e se alastrava por vários continentes. De acordo com os registros

oficiais da OMS, a gripe suína matou 18,5 mil pessoas entre abril de 2009 e agosto de 2010.

O primeiro foco da gripe suína surgiu em uma fazenda industrial de criação de suínos - na cidade de Veracruz, no México - mantida por uma corporação multinacional estadunidense, a Smithfield Corporation, maior produtora de suínos do mundo. Essas fazendas estão espalhadas pelo mundo todo, principalmente, em países periféricos, em condições sanitárias precárias e descartando no ambiente compostos orgânicos e químicos de forma desconhecida, aumentando o risco de transmissão de doenças devido à rápida transformação de pequenas propriedades em locais de produção industrial.

A lógica da rentabilidade do capital no agronegócio exige produções em larga escala, crescimento rápido e induzido dos animais e forte rotação do capital. Uma das implicações de tudo isso é o surgimento de patologias sem que os sistemas de biossegurança dos países com esse tipo de produção estejam preparados para lidar com suas consequências. De acordo com o economista Alejandro Nadal (*apud* ARNAL, 2009) a OMS e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) são cúmplices desse sistema predatório e dão sustentação aos interesses da indústria farmacêutica e da indústria agroalimentar: “Não se pode esquecer o papel da OMS e da FAO na manutenção da globalização neoliberal, um modelo econômico falido, cujas falhas em matéria de saúde pública e meio ambiente são notórias” (NADAL *apud* ARNAL, 2009, p. 1).

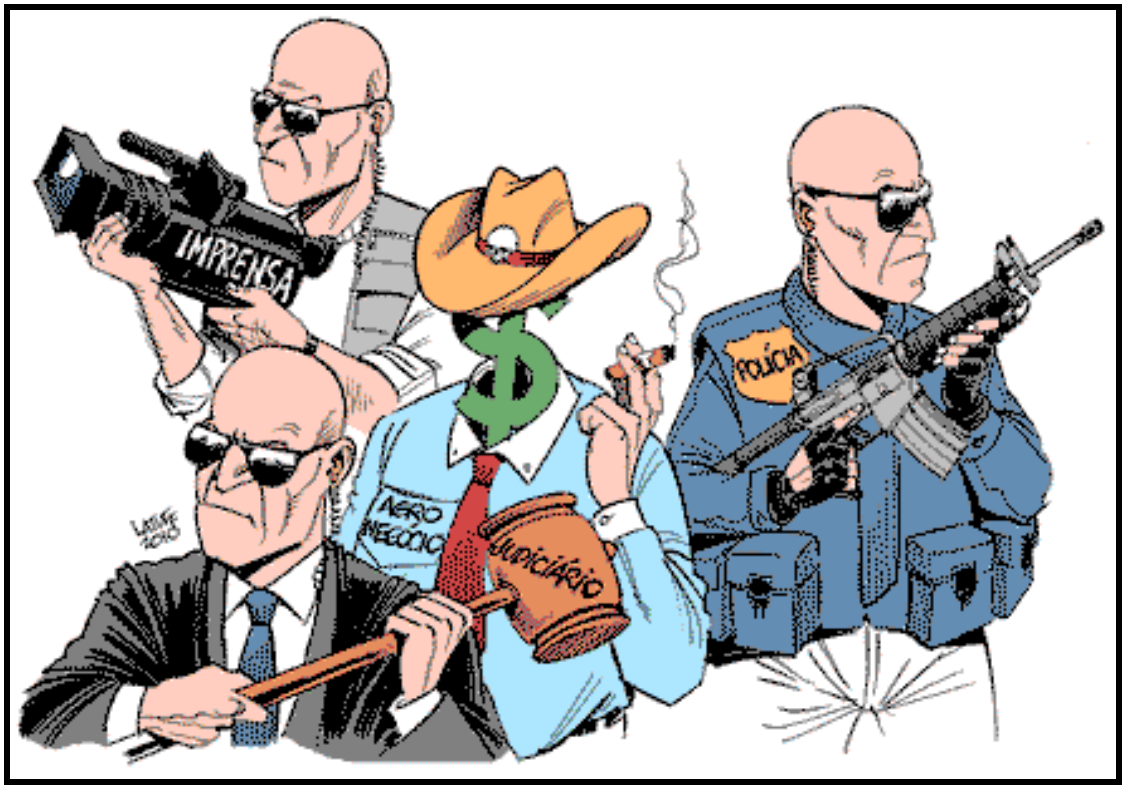
Sobre essa charge, vale um comentário a respeito da relação entre a complexidade da crítica proposta e a assimilação de tal crítica por parte de seus leitores. Para uma apropriação mais ampla da crítica pretendida pelo chargista com essa charge é necessário considerar o conhecimento que o leitor tem do episódio e das conexões entre os temas. Sem conhecer o contexto de produção e sem um repertório sobre os fatores relacionados torna-se difícil a associação do episódio da pandemia da gripe suína com o agronegócio.

Para nossas análises, consideramos tratar-se de uma charge de grande valor analítico, justamente pelo reconhecimento das relações estabelecidas entre os temas. Porém, como não identificamos uma publicação específica que tenha veiculado essa charge - que poderia oferecer elementos intertextuais que ajudariam o leitor na compreensão da relação entre os temas e da crítica pretendida -, e,

portanto, ela se constitui como uma produção própria do chargista - este sim com clareza política sobre a questão - temos que considerar que a apropriação da crítica depende do conhecimento prévio do leitor sobre os temas e suas relações.

A próxima charge a ser analisada foi inserida em nossas análises por fazer referência aos diversos setores (talvez fosse melhor dizer “Poderes”) que atuam em consonância com o setor do agronegócio. Essa charge foi veiculada no *blog Provos Brasil* em janeiro de 2010 (figura 5) e explicita a crítica da relação que se estabelece entre o agronegócio, a polícia, a imprensa e o judiciário.

Figura 5 - Relações do agronegócio brasileiro



Fonte: Disponível em: <http://provosbrasil.blogspot.com.br/2010/01/agronegocio-brasileiro-por-latuff.html>
Criada em 30 de janeiro de 2010.

Na imagem, o agronegócio está personificado em um típico ruralista, identificado pelo chapéu característico e também pela referência escrita no bolso da camisa; no lugar do rosto aparece um cifrão, relacionando de imediato a atividade com a acumulação de capital e produção de lucros. Essa substituição de um rosto pelo cifrão se configura como um elemento de humor na charge - e,

consequentemente, de transgressão - já que o corpo do personagem que representa o agronegócio possui características humanas; apesar da expectativa de encontrar um rosto, o leitor é surpreendido por um símbolo - reconhecível em sua significação - em seu lugar. A transgressão extrapola o real e chama a atenção pelo inesperado, e isso acontece quando “uma dada regra social, que ao ser violada e subvertida, proporciona a mobilização do intelecto na construção de outras propostas de raciocínios, além de ter em sua natureza a crítica ao tema/situação retratada“ (FIGUEIREDO, 2012 p. 25).

Em uma posição bastante tranquila, confirmada pelo fato de estar fumando um cigarro enquanto todos à sua volta estão em posição de alerta, o representante do agronegócio tem como proteção figuras do judiciário, da polícia e da imprensa, todos reconhecíveis pelos seus trajes, pelos instrumentos que portam e pelas palavras identificadoras.

Pela presença, sobretudo do judiciário, podemos arriscar dizer que o chargista dá aos outros dois aparatos o sentido de “Poderes” presentes na sociedade, embora extrapolem a ideia dos Três Poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), podendo ser, inclusive, um jogo de ironia com a representação tradicional.

Os três personagens presentes ao redor do agronegócio possuem o mesmo rosto, reforçando a pretensão do chargista de manter um elemento de ligação entre eles. Cada um carrega em suas mãos o seu instrumento de trabalho, fazendo alusão à maneira como se manipula uma arma, mesmo que apenas o policial esteja segurando de fato uma arma. Novamente, o autor extrapola o sentido objetivo da imagem, ressignificando os objetos.

Se nos ativermos apenas à narrativa explícita da charge, ao seu efeito de sentido, compreendemos que a crítica gira em torno da defesa dessas três instituições em relação ao agronegócio, como se elas estivessem a serviço do agronegócio. Essa situação coloca o agronegócio em uma posição confortável, pois ostenta proteção e tranquilidade para a obtenção de seus lucros e seus privilégios.

Além disso, considerando que a charge foi produzida em janeiro de 2010 e que no final de 2009 se iniciou uma forte onda de perseguição e criminalização dos movimentos populares de trabalhadores rurais, especialmente do MST, essa charge também funciona como uma crítica em relação aos acordos entre as referidas

instituições e o setor do agronegócio no sentido de conter a luta política em defesa da reforma agrária e de outras bandeiras do movimento de trabalhadores rurais. Nesse período foram registradas várias prisões preventivas de militantes, cometimento de arbitrariedades jurídicas em processos e espetacularização da grande mídia sobre os casos divulgados.

Em 2009, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi instaurada contra o MST, com o objetivo de investigar o repasse de recursos públicos a entidades supostamente ligadas ao MST. Na época, o MST tornou pública uma carta destinada ao presidente da CPMI [16] que questionava as razões de nenhum processo investigatório ter sido instaurado para apurar os repasses que chegaram a R$ 2 milhões às entidades do Sistema S [17], que eram na época dominadas por fazendeiros, ou mesmo a suspeita de envolvimento de banqueiros e parlamentares como Kátia Abreu - senadora pelo estado de Tocantins e que se tornaria ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante o segundo governo de Dilma Rousseff - na prática de grilagem de terras públicas. Se considerarmos esse contexto, podemos analisar a charge como uma crítica à cumplicidade do judiciário, da polícia e dos grandes meios de comunicação aos interesses dos latifundiários e, principalmente, dos representantes do agronegócio.

Seguimos nossa análise com uma charge publicada no *blog* do Coletivo Catarse em abril de 2010 (figura 6). O grupo atua com formas alternativas de comunicação e jornalismo independente. A charge era a primeira imagem da postagem com o título “Efeito manada na cobertura jornalística”; logo abaixo apareciam outras três imagens, retiradas de revista ou jornal.

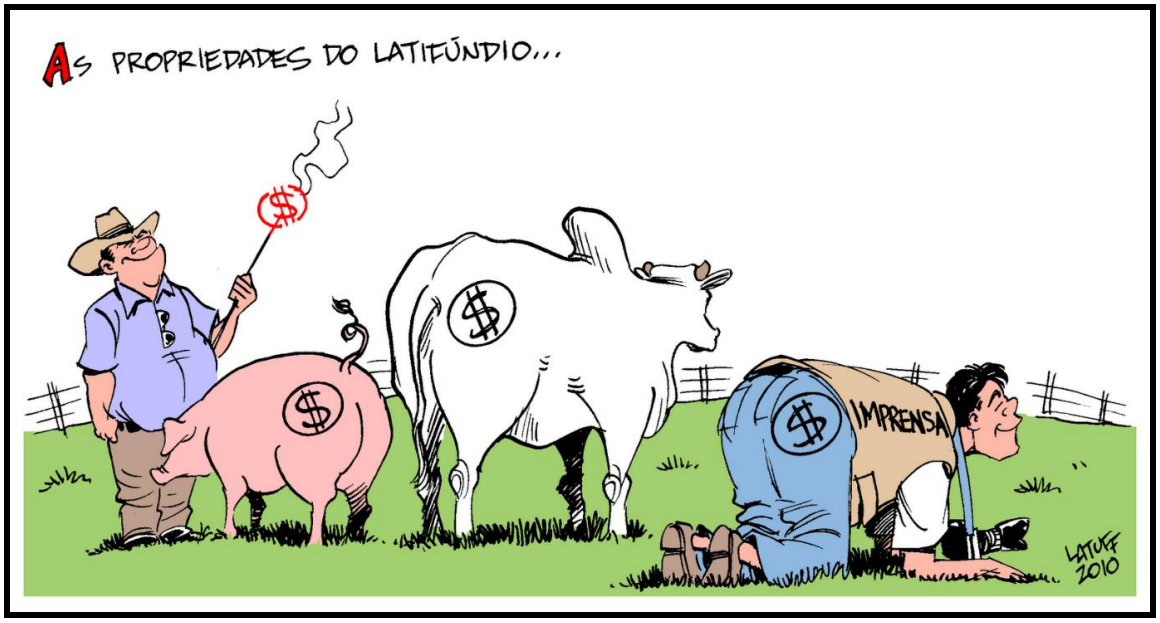
Na charge identificamos um cenário rural com animais sendo marcados com ferro em brasa com o símbolo de um cifrão, em alusão à prática tradicional de indicar o proprietário do gado com uma marca de ferrete na carne. Na imagem, junto aos animais, está um jornalista, identificado assim por conta do colete que veste escrito “imprensa”. O personagem está na mesma posição de um animal e com a mesma marca do cifrão recebida pelo porco e pela vaca. Podemos constatar que as marcas

[16] Disponível em: https://pcb.org.br/portal2/287

[17] De acordo com definição do Senado Federal, o Sistema S é o termo que define o “conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares”. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Fazem parte do sistema S: Senai; Sesi, Senac, Sesc; Sebrae; Senar; Sest; Senat; Sescoop.

estão sendo feitas pelo provável proprietário da fazenda e dos “animais“. Nitidamente, uma das críticas pretendidas pelo chargista é em relação à submissão do jornalismo brasileiro ao agronegócio e seus mandatários.

Figura 6 - Efeito manada na cobertura jornalística



Fonte: Disponível em: <http://coletivocatarse.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html>
Criada em abril de 2010.

O chargista vai além do texto imagético e acrescenta a frase “as propriedades do latifúndio” sugerindo que tanto o gado como a imprensa pertencem ao ruralista. A utilização da imagem combinada com textos verbais é bastante comum nas charges de Carlos Latuff. Apesar de a charge poder ser composta exclusivamente por elementos imagéticos, em muitos casos o texto verbal é incorporado para enfatizar algum aspecto ou dar alguma explicação. Neste caso, a frase serve também para dar sentido de equivalência entre o bicho e o ser humano e para reforçar a relação material em jogo.

A charge foi produzida e divulgada em um contexto próximo à publicação da charge analisada anteriormente, ou seja, no primeiro semestre de 2010, quando os movimentos seguiam sofrendo uma forte onda de criminalização e deslegitimação por parte da imprensa, enquanto, por outro lado, os abusos e incongruências do

agronegócio não eram pautados nos noticiários. Para se ter uma ideia, três dias antes da veiculação dessa charge, o líder ambientalista Zé Maria do Tomé foi assassinado com 20 tiros no interior do Ceará após denunciar as ilegalidades e violações de direitos cometidas pelas empresas do agronegócio da região, como a grilagem de terras, poluição das águas e, principalmente, a pulverização aérea com agrotóxicos (MST, 2015)[18], porém o caso não recebeu o devido tratamento nos noticiários jornalísticos.

Abril é um mês de luta bastante importante para o MST. Desde o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril 1996, quando 21 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, o MST rememora o ocorrido e promove atividades, lutas e ocupações em defesa da reforma agrária e contra as atrocidades do agronegócio. Especialmente em 2010, o MST definiu como mote para a campanha do "Abril Vermelho" (maneira como é chamado o conjunto das atividades) a frase "Lutar não é crime". Na mesma semana da publicação da charge, a CPT (2010) publicou o Relatório de Conflitos no Campo que apontou um aumento de 13% no número de ocorrências de conflitos por terra no ano de 2009 em relação a 2008.

Como citado anteriormente, a publicação da charge veio acompanhada de outras três imagens. Na sequência, uma reprodução da reportagem da revista *Isto é Dinheiro Rural* de abril de 2010 com o título "Uma agenda para o agronegócio" que tratava do trabalho empreendido por Kátia Abreu, na época presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), de viajar pelo Brasil coletando propostas dos produtores do agronegócio e das federações agrícolas vinculadas à CNA para, em ano eleitoral, garantir a inserção dos seus interesses nas propostas presidenciais. O texto seguinte, outra reportagem reproduzida do *blog* da mesma revista, trazia uma análise sobre os investimentos e o sucesso da Cargil, uma multinacional do agronegócio que atua no Brasil. Por fim, a imagem seguinte é um quadro publicitário da Mosaic, produtora de fertilizantes, comemorando o dia 15 de abril, dia da conservação do solo.

A reunião dessas três imagens, publicadas após a charge, apresenta alguns exemplos que fundamentam a crítica expressa pelo desenho, ou seja, enquanto tantas outras pautas possíveis sobre a questão agrária brasileira poderiam ser

[18] http://www.mst.org.br/2015/08/25/cinco-anos-apos-o-assassinado-de-ze-maria-do-tome-acusados-vao-a-juri-popular.html

abordadas naquele contexto, a grande imprensa só tinha olhos para a defesa do agronegócio.

Em relação à retratação da imprensa por meio de um ser humano, porém colocado numa posição que é própria dos animais, vemos nisso o uso do humor como recurso imagético para produzir um estranhamento e, consequentemente, uma transgressão. A esse respeito, afirma Romualdo (2000, p. 53): “pela paródia das ações políticas, pela caricatura, pelo ridículo ou pelo próprio riso, o texto chárgico destrona os poderosos e apresenta outras perspectivas para a leitura de suas ações”.

A próxima charge que selecionamos para nossa análise estampou a capa da edição número 313 do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* do MST, publicada no início do segundo semestre de 2011 (figura 7).

Figura 7 - Código Florestal

Fonte: *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*, edição nº 313 - junho/julho 2011, capa. Criada em 06 de julho de 2011.

O jornal é considerado o precursor das atividades de comunicação de massa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e é, ainda hoje, um dos principais produtos comunicativos do movimento. O jornal é, sobretudo, destinado para a militância e distribuído nos acampamentos e assentamentos.

Na charge que Latuff produziu para o jornal, reconhecemos novamente a presença personificada de um dos articuladores do agronegócio, as transnacionais (identificada pela palavra escrita no chapéu). O homem que representa as

transnacionais está segurando uma serra que corta e faz sangrar o mapa do Brasil. O cabo da serra que efetiva a ação é substituído pela imagem do prédio do Congresso Nacional e, na lâmina, aparece escrita a expressão “Código Florestal”. Esses elementos nos permitem afirmar que a narrativa proposta pelo chargista é de que o Congresso Nacional, controlado pelas transnacionais, está utilizando o Código Florestal para destruir o Brasil. A principal crítica do chargista, que reflete a crítica do próprio movimento, está voltado para o Código Florestal, que representaria uma arma contra os interesses do povo brasileiro.

A legislação ambiental se tornou, dentre vários outros temas, objeto de disputa diante da lógica predatória do agronegócio. Os articuladores do agronegócio passaram a considerar o Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei 4771, de 1965, um obstáculo aos interesses oligárquicos. Nesse cenário, as forças do agronegócio iniciaram uma intentona para transformar o Código em uma verdadeira carta de retrocessos com a flexibilização do conceito de Reserva Legal, a eliminação de Áreas de Preservação Permanente, a anistia para crimes ambientais e o afrouxamento do princípio da função social da terra.

Especificamente no ano de 2011, a chamada bancada ruralista, formada por deputados e senadores ligados ao latifúndio e aliados das grandes empresas transnacionais, programou uma ofensiva pela ampliação de terras para o agronegócio. A flexibilização do Código Florestal foi, na época, um importante passo para garantir os interesses dos latifundiários com a incorporação de novas áreas para a produção agrícola de exportação. Naquele ano, a Câmara dos Deputados aprovou o relatório que propunha tal flexibilização.

No mês de maio de 2011, pouco antes da publicação da referida edição do jornal, o projeto foi aprovado em primeira votação da Câmara dos Deputados. Iniciou-se a partir daí um movimento nas redes sociais em favor do veto presidencial para as alterações no Código Florestal Brasileiro, que ganhou adesão de ONGs, ativistas, artistas e movimentos sociais. No ano seguinte, o Código Florestal foi aprovado pela Câmara em sua versão final e trazia um texto ainda mais favorável aos ruralistas. Conforme especulação de alguns veículos de imprensa na época, a aprovação na Câmara havia deixado a presidenta Dilma muito irritada, pois alegavam que ela confiava que a própria base governista vetaria alguns trechos do

documento. O então líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), chegou a afirmar que Dilma considerava a emenda “uma vergonha para o Brasil” [19].

No final das contas, Dilma promoveu nove vetos no projeto do Código Florestal votado pelo Congresso Nacional; porém, isso produziu pouco efeito em relação ao atendimento dos interesses de trabalhadores rurais e suas organizações de classe. No portal de notícias do Senado Federal, em matéria apresentando uma retrospectiva do ano de 2012, a síntese a respeito da questão foi assim apresentada: “Para muitos parlamentares, apesar dos nove vetos e da edição de decreto para suprir lacunas, Dilma manteve no texto o equilíbrio de forças negociado entre ambientalistas e ruralistas” (SENADO, 2012), ou seja, o projeto político de conciliação de classes não foi rompido, nem mesmo arranhado.

Voltando à imagem, a serra ilustrada é utilizada na charge para fazer a crítica à atuação arbitrária do Congresso Nacional e dos ruralistas, principalmente, em relação à questão do desmatamento. Ao associar este objeto ao sangue que saí do Brasil, há uma nítida presença do grotesco como elemento que leva ao humor de transgressão, dando mais ênfase à crítica.

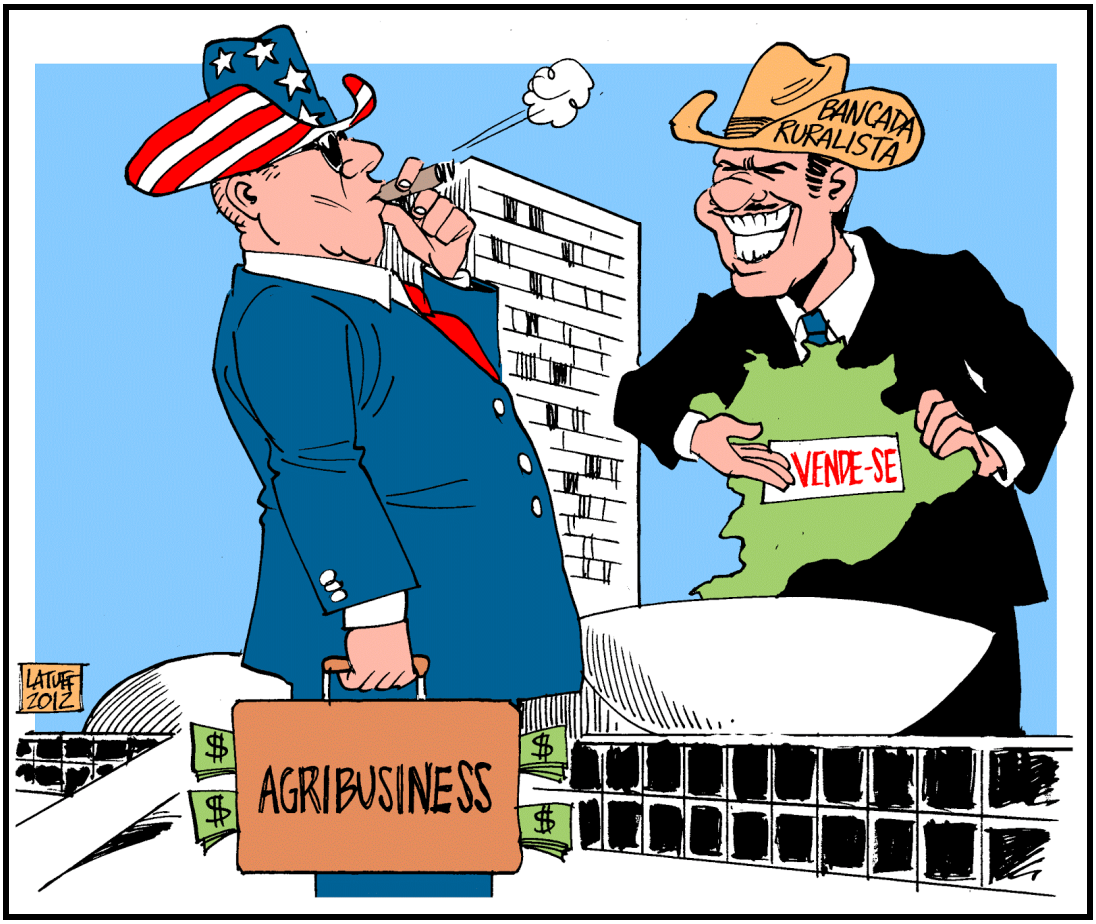
Por fim, para concluir a análise desta charge, é importante considerar a forma e a relação estabelecida da charge com o local de publicação. Primeiramente, vale destacarmos que além de a charge preencher toda a capa do jornal, a proposta de diagramação é escolhida justamente para apresentar a edição comemorativa dos 30 anos do periódico, o que valoriza ainda mais a charge como instrumento comunicativo. A charge foi escolhida como imagem para ilustrar a reportagem principal do jornal intitulada: “Agronegócio e agricultura familiar travam embate em torno do Código Florestal”. Todos esses elementos reforçam a charge como uma importante ferramenta de denúncia capaz de tocar na ferida a partir do humor, dizer o não dito com ironia e sem deixar de lado a seriedade em questão. Apesar de a charge não aparecer na página da reportagem, elas estabelecem entre si uma relação de intertextualidade, assim como com a própria chamada presente na capa: “Agronegócio tenta flexibilizar lei para devastar o país”. Diante disso, não restam dúvidas da relação entre o agronegócio e o Código Florestal.

O agronegócio também é o tema central da próxima charge a ser analisada. Trata-se de uma charge produzida por Latuff em dezembro de 2012 (figura 8) por

[19] http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2011/05/25/governo-teu-nome-e-contradicao-da-reuters-dilma-irrita-se-com-codigo-florestal-e-promete-veto/

solicitação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Apesar da confirmação de que a charge foi publicada no *Jornal da Fisenge*, não conseguimos ter acesso ao jornal, por isso vamos nos ater aos aspectos imagéticos e à relação da charge com a conjuntura em que ela foi produzida e o que isso pode significar quando partimos para uma análise discursiva. A charge aparece no site do chargista com o seguinte título: “O papel sujo da bancada ruralista”.

Figura 8 - O papel sujo da bancada ruralista no Brasil



Fonte: *Jornal da Fisenge*. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2012/12/26/charge-fisenge-o-papel-sujo-da-bancada-ruralista-no-brasil/>. Criada em dezembro de 2012.

Alguns elementos presentes na charge definem os sujeitos e o contexto envolvidos no desenho. O homem representa o capital estrangeiro e as grandes empresas de extração de madeira. A imagem mostra um homem representando a bancada ruralista do Congresso Nacional (como se pode ler na aba do chapéu) oferecendo o mapa do Brasil à venda para um sujeito que representa o capital

estrangeiro e as grandes empresas do agronegócio (perceptível pela mala que carrega), sobretudo as corporações estadunidenses, já que suas vestes carregam as cores da bandeira dos Estados Unidos. A feição do personagem estadunidense demonstra tranquilidade e certa indiferença, talvez para demonstrar que tem consciência de que fazer negócio com o Brasil é sempre lucrativo. Ao mesmo tempo, o sujeito que representa o setor ruralista do Congresso aparece em segundo plano com um sorriso largo, mostrando sua rendição ao capital internacional e ao agronegócio.

Os dois personagens aparecem maiores que o Congresso Nacional, podendo representar a desproporcionalidade com a realidade física e também a sobreposição dos interesses da bancada ruralista e do capital internacional sobre os interesses do povo, já que o Congresso é também considerado a casa do povo. Outro detalhe a ser observado é que o Brasil aparece representado todo na cor verde, que relaciona com as riquezas naturais e ambientais que ele tem, mas que estão sendo entregues ao imperialismo por meio do agronegócio e dentro da institucionalidade, por um Congresso que não representa o povo, mas os interesses dos grandes proprietários de terras e multinacionais.

Lembremos dos antecederes de que, no ano de 2011, a chamada bancada ruralista, formada por deputados e senadores ligados ao latifúndio e aliados das grandes empresas transnacionais, programou uma ofensiva pela ampliação de terras para o agronegócio. A flexibilização do Código Florestal era, na época, um importante passo para garantir os interesses dos latifundiários com a incorporação de novas áreas para a produção agrícola de exportação; a aprovação do novo Código Florestal atendeu aos interesses do agronegócio, como vimos na análise da charge anterior.

Embora possa funcionar como uma crítica mais abrangente da questão da manipulação das transnacionais sobre o Congresso Nacional e sua intrínseca relação com a questão agrária, o contexto retratado pela charge se mostra importante para a compreensão específica de um momento de grande debate e disputa política na sociedade brasileira.

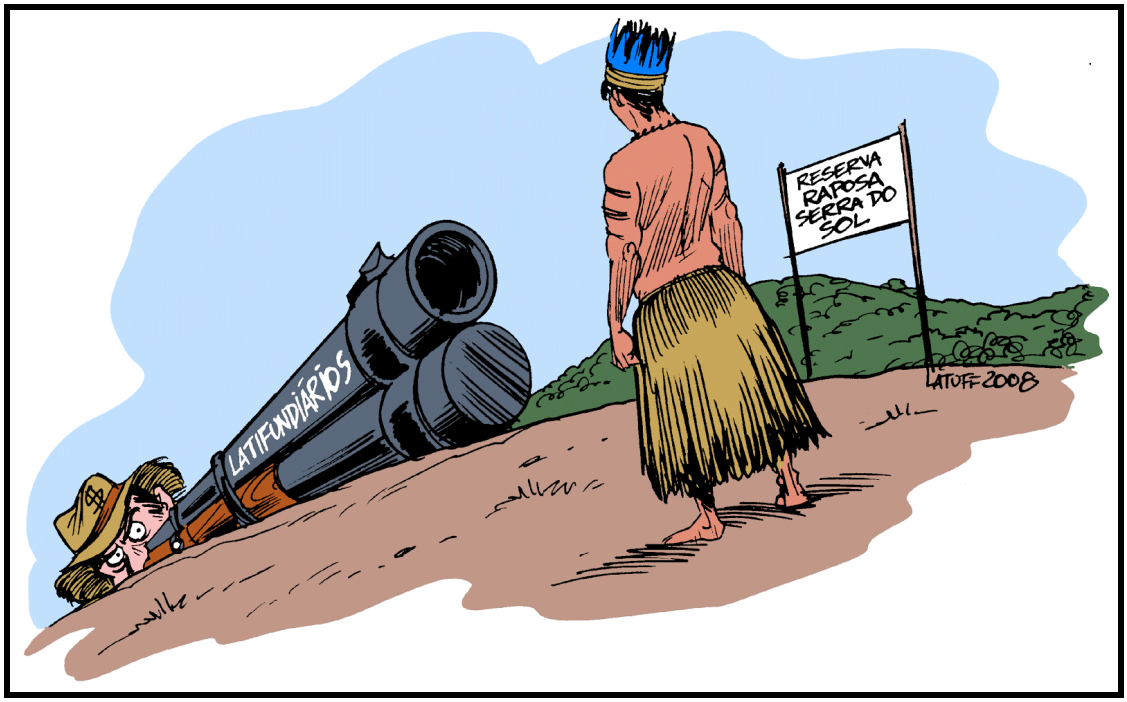
Não é exagero afirmar que, no ano de 2012, a bancada ruralista foi o mais poderoso grupo de interesse no Parlamento brasileiro, controlando um quarto da Câmara, segundo pesquisas do Departamento Intersindical de Assessoria

Parlamentar (Diap). O grupo promoveu uma agenda que incluía uma série de medidas conservadores que iam ao sentido contrário dos anseios dos movimentos populares e trabalhadores rurais, como o perdão às dívidas dos agricultores e expansão de terras cultiváveis e o combate à ampliação das Terras Indígenas (FELLET, 2012).

No limite, a charge expressa um ponto de vista que combina a opinião do chargista e a posição política defendida pelo movimento sindical responsável pela publicação, no caso a Fisenge. Porém, para construir sua narrativa, o chargista se apropria do dialogismo intrínseco ao fato, que envolve diferentes atores sociais, perspectivas e projetos. Por meio da polifonia, ele recorre a diversos elementos que revelam o processo de entrega do Brasil ao agronegócio internacional e apresenta uma interpretação, afirmando, por meio do desenho, que as decisões tomadas pelo Congresso Nacional - articulado pelas transnacionais - explicitam o compromisso dos setores hegemônicos da sociedade de entregar as riquezas do Brasil ao imperialismo. Por isso, estão presentes na charge tanto uma versão, presente na memória social, como sua "contraversão", presente no quadro por meio de ferramentas à disposição do chargista. Aí reside e se revela o caráter polifônico da charge.

Um tema que foi bastante retratado por Carlos Latuff e que tem uma relação estreita com o debate do agronegócio é a questão da demarcação de terras indígenas. E é sobre esse tema que as quatro próximas charges a serem analisadas vão tratar. A primeira delas foi publicada na revista *Ideias em Revista* do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe), em sua edição nº 19 de abril/maio de 2008 (figura 9), para ilustrar um material de três páginas que traz a reprodução de um texto do *Observatório de Imprensa* e também uma entrevista com o antropólogo Viveiros de Castro sobre o conflito na reserva indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, que havia sido publicada no caderno *Aliás* do jornal *O Estado de São Paulo*.

Figura 9 - Conflitos em terras indígenas



Fonte: *Ideias em Revista*, edição nº 19 - abril/maio 2008, p.35.

Criada em 07 de maio de 2008.

A charge retrata a situação de conflito entre indígenas e latifundiários de uma área específica, Reserva Raposa Serra do Sol no estado de Roraima, como podemos perceber pela inscrição na placa presente no desenho. Na charge é possível observar a desproporcionalidade do tamanho da arma em relação ao índio; com isso, o chargista quer nos mostrar a desproporcionalidade de forças entre o latifundiário e os indígenas. Por outro lado, a postura de coragem do indígena é explicitada quando ele é desenhado na mira do rifle, sem portar nenhuma arma e sem se curvar, demonstrando disposição em defender sua terra com a própria vida. O sujeito que aparece por trás da arma está vestindo um chapéu desgastado e com o símbolo de um cifrão, o que sugere ser um possível jagunço, contratado para atirar ou até mesmo matar o indígena.

A Reserva Raposa Serra do Sol, onde vivem 19 mil índios em mais de 200 aldeias, foi demarcada em 1998 e homologada em 2005 pelo então presidente à época, Lula, quando começou a retirada dos não-índios da região. Em 2008, porém, após mais de dois anos do processo de retirada, um grupo de fazendeiros produtores de arroz recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a

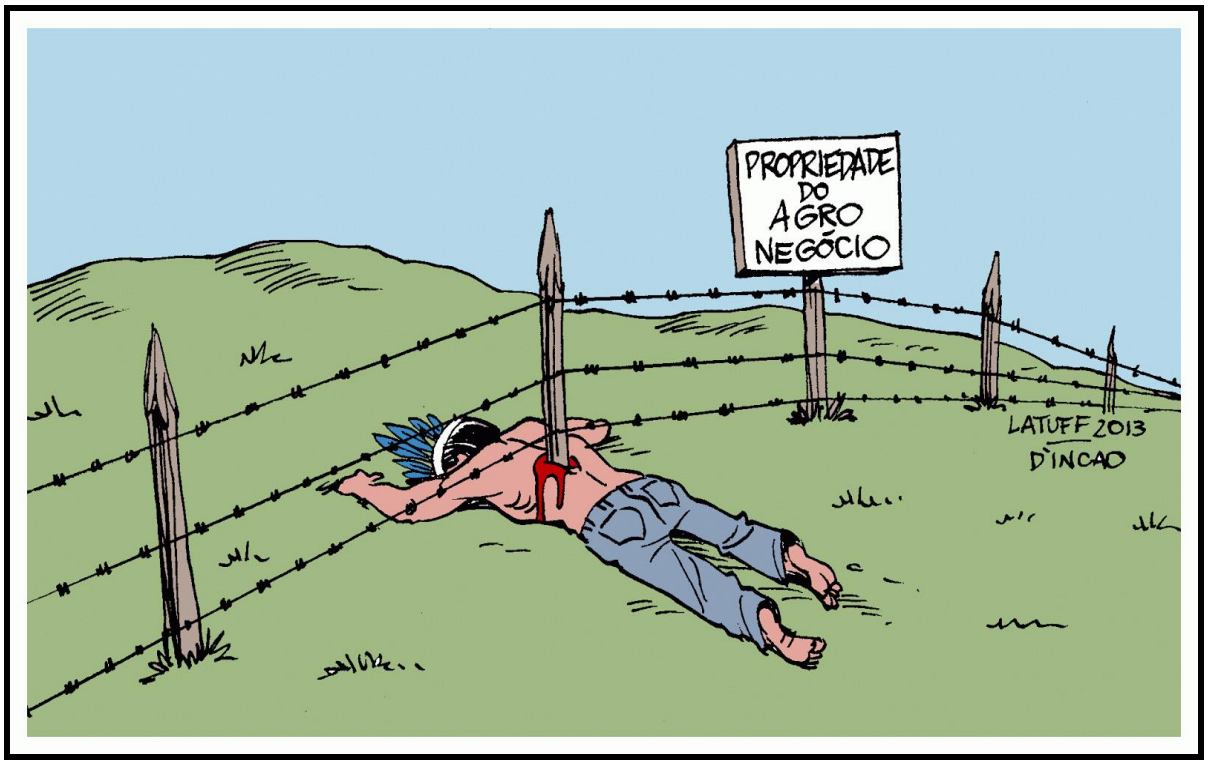
suspensão da operação. Em maio de 2008, a Suprema Corte decidiu pela paralisação da operação até que fosse julgada a legalidade da reserva, contestada por mais de 30 ações, sob a argumentação de que a demarcação traria sérias consequências à estrutura produtiva comercial do estado de Roraima. Entretanto, a Constituição de 1988 assegura aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (BRASIL, 1988). O desmembramento da reserva ameaçaria a sobrevivência física e sociocultural dos povos indígenas (ALMEIDA, 2008).

Diante desse contexto, a charge serviu para denunciar as circunstâncias do conflito. Os indígenas da região, apesar de terem o direito de demarcação de suas terras garantido pela Constituição e já contarem com a homologação de suas terras, estavam expostos às ameaças dos fazendeiros produtores de arroz - representado na charge pelo sujeito que aponta a arma para o índio - que estavam mais interessados em evitar as perdas que teriam caso tivessem que se retirar definitivamente da região, do que com as condições sócio-culturais dos indígenas.

Anos depois, em 2013, a chamada bancada ruralista do Congresso Nacional impulsionou uma ofensiva pela ampliação de terras para o agronegócio, intensificando conflitos com comunidades indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais. O governo federal à época, sob a presidência de Dilma Roussef, se mostrou disposto a apoiar essa investida, participando de reuniões com Kátia Abreu, tradicional representante dos latifundiários e das grandes corporações do setor agropecuário, para negociar os interesses do agronegócio. Inclusive, selando esse compromisso, Dilma acabou indicando e nomeando Kátia Abreu como ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em seu segundo mandato. Por outro lado, o governo Dilma não se reuniu em nenhum momento com representantes das comunidades indígenas e dos movimentos sociais do campo para discutir e negociar suas reivindicações.

O tema (e os conflitos) se manteve presente na conjuntura durante os anos seguintes. Em junho de 2013, outra charge produzida por Carlos Latuff pautou a questão (figura 10). A imagem foi produzida por encomenda do D’incão Instituto de Ensino, porém não conseguimos localizar a sua publicação pela referida instituição.

Figura 10 - O agronegócio e a questão indígena no Brasil



Fonte: *D'incão Instituto de Ensino*. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/tag/dincao-instituto-de-ensino/>. Criada em 03 de junho de 2013.

A imagem mostra uma cerca de arame farpado (representação típica de uma propriedade privada no universo rural) sinalizada com uma placa que diz "propriedade do agronegócio". Uma das estacas da cerca está cravada nas costas de um índio, identificado pelo cocar, morto e estirado no chão. Identificando o contexto de produção da charge, podemos estabelecer uma análise sobre a questão indígena e sua intersecção com a questão agrária, de modo geral, e o agronegócio, de modo particular.

Naquele mesmo ano, circulavam pelo Congresso Nacional diversas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que buscavam concretizar uma ofensiva dos representantes do agronegócio contra os setores populares do campo; dentre as questões defendidas pelos agropecuaristas, tinha destaque a revisão de terras indígenas já demarcadas. Uma das propostas em discussão era a PEC 215, que pretendia deixar a cargo do Congresso Nacional a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas, entregando, assim, o poder de decisão sobre tais demarcações

nas mãos da bancada ruralista, Vale ressaltar que o governo Dilma foi o que menos demarcou terras indígenas desde o final da ditadura civil-militar.

Acompanhando as questões de conjuntura a respeito dos conflitos que envolvem a luta dos indígenas pela demarcação de suas terras, não se poderia negligenciar o fato de o chargista ter considerado um episódio específico para produzir sua charge. Trata-se do assassinato do índio terena Oziel Gabriel, ocorrido no dia 30 de maio de 2013, alguns dias antes da produção da charge. O jornal *Brasil de Fato* registrou o episódio:

> O confronto entre os índios terenas, os latifundiários que ocupam suas terras e as forças policiais, no Mato Grosso do Sul, era previsto e foi alertado ao governo estadual e federal. Mesmo assim, nada foi feito para impedir esse conflito e a perda de vidas humanas. Morto por forças policiais, o índio Oziel Gabriel foi vítima do descaso e da ineficiência das autoridades (BRASIL DE FATO, 2013, p. 2).

Portanto, além de um cenário mais amplo de discussão sobre o agronegócio e a demarcação de terras, a charge aborda esse acontecimento específico. Quando tratamos de conceitos como dialogismo e polifonia nas charges, assumimos que elas se inserem em um contexto complexo, permeado por muitas vozes que representam pontos de vista variados.

Essa charge apresenta um ponto de vista em defesa do direito de existência social e cultural dos povos indígenas No entanto, é preciso reconhecer que para construir sua narrativa Latuff se apropriou do dialogismo intrínseco ao fato, que envolve diferentes atores sociais, perspectivas e projetos. Com o uso da polifonia, o chargista recorreu a diversos elementos que, de fato, compuseram o acontecimento (a demarcação de terras, o agronegócio, o assassinato de Oziel) e apresentou sua interpretação, afirmando, por meio do desenho, que os interesses do agronegócio que conflitam com os processos de demarcação de terras têm sido o principal responsável pela morte de indígenas. Aliás, de acordo com dados de 2013 do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os assassinatos de indígenas no Brasil aumentaram 269% nos governos Lula e Dilma em comparação com anos de governo FHC [20].

[20] http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-06-07/assassinatos-de-indigenas-no-brasil-crescem-269-nos-governos-dilma-e-lula.html

O conceito de carnavalização também pode ser utilizado para fazermos algumas considerações sobre essa charge, pois nos permite compreender de que forma se apresenta uma vida às avessas. Diante dos impasses que predominam nessa questão, podem surgir diferentes pontos de vista para analisar a charge em relação a quem está efetivamente promovendo uma “invasão” da terra: os povos indígenas ou os empresários do agronegócio? Seja qual for a posição, a charge causará estranhamento.

De modo geral, a versão que tem mais condições de ser apresentada como “oficial” é a hegemônica, a da manutenção e ampliação do *status quo*. Porém, no momento em que uma charge subverte essa ordem e, nesse caso específico, coloca o agronegócio (que goza de uma respeitabilidade e confiabilidade social conferida pelo próprio governo em razão da defesa de sua importância econômica para o país) como responsável pela morte de um indígena, ela subverte os papéis comumente identificados como os de “invasor” ou “violento”. Nesse sentido, a charge inverte os papéis apresentados no discurso hegemônico, destronando os poderosos, assim como o faz o carnaval descrito por Mikhail Bakhtin (1987).

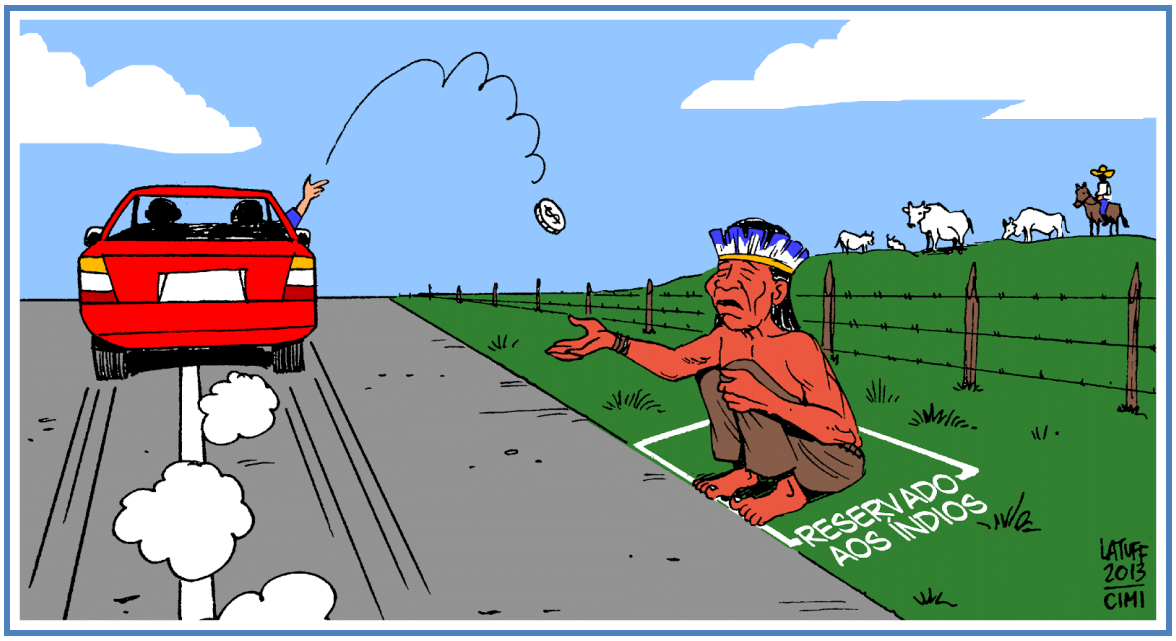
A próxima charge a ser analisada foi publicada em novembro de 2013 (figura 11) e também trata da questão da demarcação de terras indígenas. O grande volume de charges produzidas por Carlos Latuff sobre esse tema revela o seu compromisso em denunciar as mazelas cometidas pelos representantes do agronegócio contra as comunidades indígenas.

Esta charge foi produzida para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), porém não conseguimos localizar sua veiculação nas publicações da referida organização. Essa é uma das várias charges que Latuff produziu para o Cimi, que é uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1972, momento em que o Estado brasileiro se responsabilizava pela integração dos povos indígenas à sociedade. A organização tem como objetivo apoiar comunidades, povos e organizações indígenas para construção de “um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático” (CIMI, 2017).

Na imagem, verificamos um índio sentado à beira da estrada com uma pequena área delimitada à sua volta e identificada pela expressão “reserva dos índios”. Se olharmos também para a legenda publicada em conjunto com a charge: “espaço reservado para os indígenas” e fizermos uma relação com a conjuntura

política à época de sua produção compreenderemos que a crítica se concentra na projeção do que aconteceria a esses povos caso a PEC 215 fosse aprovada. Com a alteração constitucional e a homologação das demarcações de terra nas mãos da bancada ruralista, os indígenas perderiam suas terras e, certamente, também perderiam a oportunidade de viver suas culturas em seus territórios tradicionais.

Figura 11 - Espaço reservado aos indígenas no Brasil



Fonte: *Cimi*. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2013/11/11/charge-ciminacional-espaco-reservado-aos-indigenas-no-brasil/>. Criada em 11 de novembro de 2013.

Na imagem, verificamos um índio sentado à beira da estrada com uma pequena área delimitada à sua volta e identificada pela expressão “reserva dos índios”. Se olharmos também para a legenda publicada em conjunto com a charge: “espaço reservado para os indígenas” e fizermos uma relação com a conjuntura política à época de sua produção compreenderemos que a crítica se concentra na projeção do que aconteceria a esses povos caso a PEC 215 fosse aprovada. Com a alteração constitucional e a homologação das demarcações de terra nas mãos da bancada ruralista, os indígenas perderiam suas terras e, certamente, também perderiam sua cultura.

Há outro aspecto passível de análise nessa charge, que diz respeito ao imaginário social que se tem a respeito dos indígenas. A presença de um carro que

passa pelo indígena e o ato realizado por um de seus passageiros de jogar uma moeda pela janela, insinua que a situação do indígena é de mendicância e que ele precisa de esmola. O índio aparece como um mendigo (a sua própria posição reforça isso) sem condições de manter sua própria subsistência. Porém, a crítica reside justamente na denúncia de que o que as comunidades indígenas exigem é o direito à terra, que lhes está sendo expropriado pela ganância dos representantes do agronegócio. A área de pastagem e criação de gado, cercada e inacessível para o indígena, representa a área que poderia, justamente, ser a terra para a sobrevivência de seu agrupamento.

A última charge a ser analisada sobre o tema da demarcação de terras indígenas foi publicada no dia 08 de janeiro de 2015 (figura 12) na seção de notícias do site do Cimi. A assinatura no canto esquerdo inferior da imagem revela que a charge em questão foi produzida especialmente para o Cimi, publicada juntamente com uma matéria feita em resposta a algumas afirmações da então recém empossada ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Dilma Roussef, Kátia Abreu (PMDB-TO), assumidas em entrevista concedida à jornalista Mônica Bergamo, do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 05 de janeiro de 2015.

Na ocasião da entrevista, Kátia Abreu afirmou que não havia mais necessidade de uma ampla reforma agrária no Brasil porque não existiriam mais latifúndios no país. A ironia usada pelo chargista para retratar a situação e estabelecer a sua crítica começa pelos textos verbas inseridos na charge. O balão de fala da personagem que retrata Kátia Abreu faz referência à sua afirmação ao dizer que “este índio acaba de ser morto por um latifundiário que não existe...”. Se não existe latifúndio, não existiria latifundiário. Essa, dentre outras afirmações da ministra, foram consideradas, na ironia do chargista, “lições da ministra Kátia Abreu...”.

Figura 12 - Representante do agronegócio no comando da política agrária

Fonte: *Cimi*. Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7943> Criada em 07 de janeiro de 2015.

Outros dois elementos visuais são importantes para compreender a crítica apresentada pelo chargista. O primeiro deles é a camiseta vermelha, vestida por Kátia Abreu, com a citação “coração valente”, expressão cunhada pela militância petista para fazer referência à então presidenta Dilma Roussef; a presença dessa “camiseta” na figura de Kátia Abreu denuncia a incoerência política de sua indicação como ministra.

Além disso, a nomeação de Kátia Abreu - latifundiária, pecuarista e representante da bancada ruralista no Congresso Nacional - para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) consolidou o posicionamento favorável do governo Dilma ao agronegócio, negligenciando, em contrapartida, a realidade da violência contra os indígenas, indicada no segundo elemento visual que

se destaca, qual seja, a figura do latifundiário armado, pisando sobre o corpo de um índio. A arma e o cifrão presentes na ilustração do chapéu e do cinto do personagem simbolizam o poder econômico dos latifundiários que entram em confronto com povos indígenas contra seu direito pela demarcação de terras. O abraço entre a figura da ministra e do latifundiário são uma indicação clara da cumplicidade entre ambos. Nesse sentido, a charge apresenta uma crítica direta às declarações da ministra, além de também contestar a indicação de Kátia Abreu para o MAPA, oficializada pela presidenta Dilma.

Além de se posicionar contra a reforma agrária, a então ministra se colocava contra a demarcação de terras indígenas, argumentando que o governo deveria comprar as terras para então dar aos índios, e não "tomar". A jornalista argumentou que os povos indígenas também tiveram suas terras tomadas, ao que Kátia Abreu respondeu: "Então vamos tomar o Rio de Janeiro, a Bahia. Por que [o raciocínio] só vale para o Mato Grosso do Sul? O Brasil inteiro era deles. Quer dizer que nós não iríamos existir". Na mesma entrevista, Kátia Abreu afirmou que os confrontos entre fazendeiros e indígenas só aconteciam porque "os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção".

De modo geral, a charge explora vários pontos importantes da conjuntura da época: o conflito entre latifundiários e povos indígenas, a demarcação de terras indígenas, a indicação de um nome do agronegócio para um Ministério do governo Dilma e a entrevista de Kátia Abreu para a *Folha de S. Paulo*. É possível perceber a importância do conhecimento desses contextos para uma compreensão da mensagem e da crítica proposta. A presença das falas de Kátia Abreu na memória coletiva é um pressuposto para que a crítica faça sentido, já que a matéria, embora faça um contraponto aos fatos abordados, não retoma todas as questões nem trechos importantes da entrevista.

Deixando o tema da demarcação de terras indígenas e passando para outro tema que também estabelece importantes relações com a questão do agronegócio, que é o uso de agrotóxicos nas lavouras, selecionamos uma charge que foi produzida em agosto de 2012 (figura 13) para ilustrar a Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Lançada em novembro do ano anterior por um grupo de movimentos da luta agrária, em parceria com diversos movimentos sociais, a

campanha permanente foi criada para sensibilizar a população sobre o uso de agrotóxicos e fornecer bases para discutir seu uso no Brasil (CAMPANHA, 2011).

Figura 13 - Campanha contra os agrotóxicos

Fonte: *Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*. Disponível em: <http://contraosagrotoxicos.org/campanha-contra-os-agrotoxicos-ganha-nova-charge/>. Criada em 14 de agosto de 2012.

Na charge, vemos um agricultor caracterizado por elementos que enfatizam sua simplicidade, como o chinelo de dedos, o chapéu de palha e a enxada, representando o pequeno agricultor, o agricultor familiar. Ao fundo, um tonel de agrotóxico transborda em vermelho, simbolizando o sangue, que se transforma em uma cobra. O agrotóxico em vermelho faz alusão às mortes causadas pela ingestão

do produto por meio de alimentos. A campanha pretendia mostrar os riscos das substâncias venenosas não só para pragas e insetos, mas também para o consumidor final da produção agrícola, ou seja, o próprio ser humano.

Por sua vez, a cobra é a simbologia do perigo que os agrotóxicos representam para os agricultores e para a saúde das pessoas de modo geral. Trata-se de uma importante inversão do discurso desenvolvido pelas empresas, em sua maioria multinacionais, que produzem e comercializam os agrotóxicos, chamados por elas de "defensivos agrícolas" químicos. A indústria de agrotóxicos utiliza essa expressão justamente porque vende a ideia de que as substâncias presentes nesses produtos podem melhorar a produção e defender a lavoura de pragas, insetos, roedores e outras ameaças naturais.

Nos argumentos defendidos pela campanha e ilustrados na charge, o agrotóxico apresenta riscos para o trabalhador rural, que fica exposto às substâncias químicas. Ou seja, em vez de proteger, oferece uma ameaça ao trabalhador, representada pela picada da cobra. A polifonia reside na apresentação desse raciocínio, que terá uma crítica efetiva, causando o estranhamento, caso o leitor tenha contato com o discurso da indústria de defensivos químicos. Para isso, se vale de um conhecimento popular: de que as picadas de cobra são um perigo que se apresenta para os agricultores.

Sobre a relação do agrotóxico com o agronegócio, o pesquisador José Juliano de Carvalho (2011) é categórico: "Os agrotóxicos são usados sem nenhum controle pela sociedade brasileira. Seu uso está sob os interesses do que se chama de agronegócio" (CARVALHO, 2011, p. 8). Por sua vez, Larissa Mies Bombardi (2012) resume a relação entre o agronegócio e o agrotóxico como uma relação marcada pela fusão do arcaico e do moderno. Afirma a autora:

> Notadamente, percebe-se a subordinação da agricultura brasileira ao capital internacional. Arcaico e moderno se fundem: intoxicações, doenças e mortes, são o outro lado da moeda desta "moderna agricultura" que demanda toneladas de agrotóxicos produzidos com tecnologia de ponta, pelas maiores transnacionais do setor químico mundial (BOMBARDI, 2012, p. 11).

As charges de Carlos Latuff analisadas até aqui trataram de diversos temas que giram em torno do agronegócio e que revelaram a perversidade de um modelo que foi adotado como política agrária por parte dos governos Lula e Dilma. A

exploração predatória da terra, a opressão e violência contra os trabalhadores rurais e a expropriação dos direitos dos povos tradicionais, em nome do lucro e da propriedade, pautaram questões como o uso de agrotóxicos, a violência no campo, a assimilação da tecnologia dos transgênicos, a disputa em torno do Código Florestal e os conflitos em relação aos processos de demarcação de terras indígenas, que colocaram em cheque a confiabilidade das organizações e movimentos sociais do campo em relação aos governos Lula e Dilma, apesar de tais governos se afirmarem comprometidos com os interesses dos setores populares e das classes trabalhadoras.

Apesar disso, é possível vislumbrarmos algumas brechas e construirmos alternativas como contraponto à hegemonia do agronegócio no que se refere à questão agrária no Brasil. Nesse sentido, selecionamos duas charges de Carlos Latuff que tratam da agroecologia e que oferecem uma perspectiva na luta dos movimentos sociais do campo no enfrentamento ao projeto político e econômico do agronegócio.

3.1 A AGROECOLOGIA NA CONTRAMÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA DOS GOVERNOS LULA E DILMA

A primeira charge que selecionamos para essa sessão foi veiculada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em julho de 2012 (figura 14). A ANA é uma entidade de articulação de diversas organizações que promovem experiências agroecológicas e alternativas para uma produção sustentável na produção familiar.

Na imagem estão representados, de um lado, os elementos que simbolizam o agronegócio: os agrotóxicos, o desmatamento e os transgênicos; de outro lado, em contraposição, a agroecologia aparece representada por uma árvore frondosa e em posição de autodefesa (utilizando uma foice, que é uma ferramenta comum em algumas culturas agrícolas) em relação a um possível ataque de seus inimigos.

A utilização da cor vermelha nas vestes da personagem-árvore que representa a agroecologia pode nos remeter aos movimentos do campo que lutam por esse outro modelo de produção na agricultura, como o MST. Da mesma forma, em relação à foice, também podemos considerar que se trata de uma demarcação muito clara da condição de ser a agroecologia uma prática desenvolvida por

camponeses e pequenos produtores que se utilizam de instrumentos mais rudimentares, ao invés de grandes máquinas, para a realização de suas atividades de plantio, manutenção e colheita. Essa prática, de fato, é muito mais condizente com a lógica da agricultura familiar.

Figura 14 - Você sabe o que é agroecologia?

Fonte: *Articulação Nacional de Agroecologia*.
Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2012/07/20/>. Criada em 14 de agosto de 2012.

Essa é uma das poucas charges de Carlos Latuff que apresenta uma crítica afirmativa. Ao retratar a figura da agroecologia dando uma rasteira nos objetos do agronegócio com a sua foice, o chargista reflete a vitória de um lado sobre o outro. Também as cores e as expressões faciais nitidamente querem reforçar o lado do bem *versus* o lado do mal, sendo agroecologia e agronegócio, respectivamente, retratados de formas antagônicas.

Considerando os aspectos da conjuntura que demarcam o momento de produção da charge, é preciso registrar que exatamente na data de publicação dessa charge (20 de agosto de 2012), a presidenta Dilma instituiu por meio de

decreto a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com o objetivo de

> [...] integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012, s/p.).

A questão da agroecologia já havia sido pautada pelo governo Lula, ainda em seu primeiro mandato, quando o então presidente sancionou a lei 10.831/2003, que regulamentou a produção orgânica no país. A partir dessa lei, algumas ações começaram a ser colocadas em prática para estimular a produção de alimentos orgânicos, como a criação, em 2007, do Sistema Brasileiro de Avaliação da Agricultura Orgânica. Porém, de fato, a principal ação relacionada à agroecologia foi mesmo a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que representou uma grande contribuição para a Agricultura Familiar e, por quê não, uma derrota para o agronegócio.

A charge e sua relação com o contexto de produção, por si só, revela a crítica reforçando a sua condição de “charge editorial” (MIANI, 2012), já que a charge contém em si mesma toda a informação. Toda charge é um texto opinativo, uma vez que afirma a posição do chargista em relação a um determinado tema e, por isso, expressa sua natureza ideológica.

A segunda charge que selecionamos para refletir sobre o tema da agroecologia foi produzida em outubro de 2013 (figura 15) para a Jornada Nacional por Soberania Alimentar, promovida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e compartilhada junto com o *release* do evento que visava promover uma série de manifestações por todo o país em torno do tema da soberania alimentar.

Nesta charge podemos identificar facilmente a contraposição e antagonismo entre duas propostas de agricultura. De um lado, o trabalhador rural representando a agricultura familiar e, de outro lado, o fazendeiro representando o agronegócio e as multinacionais que atuam no setor. Essa contraposição explicita a contradição presente no campo brasileiro. Enquanto o trabalhador carrega em uma de suas mãos uma muda de árvore, simbolizando a vida e a natureza, o outro sujeito carrega um saco de dinheiro, que representa os lucros do agronegócio, mas que beneficia

apenas os grandes proprietários de terra e empresas do setor. Evidenciam-se objetivos diferentes, assim como formas de luta diferente. Se por um lado a luta em defesa da propriedade e do agronegócio é travada por meio da violência, representada pela arma que o ruralista carrega, por outro lado, a luta dos trabalhadores é feita pelo trabalho e pela organização, representados pela enxada e pela camiseta que o trabalhador rural veste, que traz como estampa o símbolo do MPA.

Figura 15 - Agroecologia X agronegócio

Fonte: *Movimento de Pequenos Agricultores.*

Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2013/10/07/>. Criada em 02 de outubro de 2013.

As cores presentes nas camisetas também fazem alusão a projetos diferentes de sociedade e ideologicamente opostos. O vermelho se aproxima de convicções socialistas enquanto que o azul passa a indicar a valorização do capitalismo e seu projeto neoliberal, incompatível com a ideia de uma produção soberana de alimentos, que é o que propõe o MPA.

A opção por representar o agronegócio por uma das empresas do setor, a Monsanto (conforme se pode observar no chapéu do fazendeiro), garante uma crítica direta àquela que é uma das maiores responsáveis pela produção de sementes transgênicas e produção de agrotóxicos. Em 2013 a multinacional

dominava 80% do mercado mundial de transgênicos e de agrotóxicos (DIREITOS, 2013). A escolha pela representação da Monsanto também deve ser relacionada com uma mobilização mundial que aconteceu contra a empresa naquele ano. Aproximadamente 57 países participaram da Marcha Mundial contra a Monsanto; no Brasil, cerca de 5 mil militantes do MPA ocuparam a unidade de pesquisa da empresa em Petrolina/PE como parte da Jornada Nacional de Lutas por Soberania Alimentar.

Ao vir acompanhada de um texto, a charge revela o seu potencial intertextual por dialogar e possibilitar novas interpretações quando analisada em conjunto com o texto verbal. No *release* divulgado juntamente com a charge, acrescenta-se a crítica ao Estado como responsável pela atuação das transnacionais:

> Para Raul Krauser da coordenação nacional do MPA a soberania alimentar é um direito popular que é negado pelo estado brasileiro "entendemos como soberania, a condição de cada pessoa ter acesso a uma alimentação saudável em quantidade e qualidade… alimentos que estão inseridos no contexto climático e cultural de cada região, no então (*sic*) o que vemos e a aversão do estado pela soberania, no Brasil vivemos um contexto em que transnacionais como Monsanto, Pepsico, Nestlé, dentre outras empresas que controlam e decidem quem vai comer ou não todos os dias", afirmou Krauser (AGROECOLOGIA, 2013).

Enfim, a decisão por analisar algumas charges que apresentam um contraponto ao agronegócio - no caso, a agroecologia - teve o objetivo de demarcar que, apesar de reconhecer que durante os governos Lula e Dilma a política agrária se concentrou predominantemente na valorização e intensificação do agronegócio, ainda assim, algumas poucas ações também puderam ser verificadas em relação a atender alguns interesses mais específicos dos setores populares e suas organizações e movimentos sociais do campo. Mesmo que elas tenham sido resultado muito mais da luta política de tais organizações e movimentos do que iniciativa política de tais governos, ainda assim, algumas conquistas aconteceram. Uma realidade política, seja ela qual for, nunca deve ser vista como monolítica; é preciso percebê-la em suas variáveis, inclusive, percebendo suas contradições.

Além disso, a obra de Carlos Latuff também é marcada por um conjunto de produções chárgicas que se colocam numa perspectiva mais propositiva do que

denuncista ou crítica e isso também se pode verificar quando a temática se relaciona com a questão agrária. Nesse sentido, poderia soar como negligência se essa fração de sua obra não estivesse representada em nossas análises; isso também se apresenta como justificativa para a decisão de analisar algumas charges relacionadas à agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar como o agronegócio foi retratado nas charges do desenhista Carlos Latuff durante o período dos governos Lula e Dilma. Com o desenvolvimento desta pesquisa, procuramos problematizar o espaço que o agronegócio ocupa hoje no país e, da mesma forma, explicitar as contradições desse modelo de gestão e desenvolvimento para o setor agrário.

O processo de enraizamento do agronegócio no Brasil como modelo preponderante de produção e desenvolvimento no campo tem relação com a condição de desigualdade social que sempre acompanhou a história do Brasil. Isso foi determinante para que esse modelo desse tão "certo" no país. Com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo e o apadrinhamento histórico do Estado em relação aos interesses dos latifundiários, o agronegócio encontra solo fértil no Brasil para atingir seus objetivos à custa da exploração predatória dos recursos naturais e da opressão aos trabalhadores rurais e aos povos tradicionais.

Com a implantação do projeto neoliberal no Brasil, os investimentos em estrutura, pesquisa e subsídios para a agropecuária foram direcionados para o agronegócio e também para fortalecer as ações das multinacionais do setor. A adesão ao agronegócio por parte dos governos Lula e Dilma se deu muito mais por uma estratégia de continuidade política, do que por qualquer convicção construída a partir de estudos científicos e econômicos efetivos, ou seja, sua assimilação como política agrária foi essencialmente política, em consonância com a intensificação de um projeto de conciliação de classes.

A ideia do agronegócio é mais abrangente do que a mera relação da produção desenvolvida na agricultura ou na pecuária. Compreende toda uma cadeia de atividades que vai desde a produção das sementes até a disponibilização do produto final para o consumidor ou sua comercialização voltada para a exportação. Por essa realidade específica, histórica, desenvolvida no Brasil, foi muito importante os contatos com reflexões, dados e estatísticas que demonstram sobre quais bases se edificou esse modelo tão propagandeado como estratégico para a economia brasileira que é o agronegócio.

O caráter compensatório e assistencialista, tanto dos governos de Lula como de Dilma, fizeram com que o agronegócio ganhasse ainda mais espaço e a reforma

agrária acabou sendo tratada como tema marginal. Além disso, contribuiu para que os movimentos populares recuassem em sua ação política. Por outro lado, os setores do agronegócio e ruralistas, com o apoio do Judiciário e da imprensa, atuaram com tranquilidade, barrando quaisquer medidas que estivessem em desacordo com os seus interesses.

Diante disso, acreditamos que essa pesquisa poderá contribuir para fortalecer a convicção da necessidade de construir um caminho para acabar com as desigualdades sociais que atingem a sociedade de maneira geral. Esse caminho passa pela redistribuição da terra e divisão dos latifúndios - não pensada apenas como reparação histórica ou mera assistência -, ou seja, passa pela reforma agrária.

A partir das análises realizadas, conseguimos compreender que a utilização de charges por parte dos movimentos sociais tem se revelado uma importante estratégia política. Por seu potencial persuasivo e ideológico e sua natureza dissertativa e humorística, a charge tem se mostrado uma importante ferramenta de comunicação capaz de debater e denunciar temas conjunturais e contribuir para a reafirmação do discurso contra hegemônico produzido pelos movimentos populares e sindicais em suas diversas questões, em particular, no debate de temas relacionados à política agrária no país durante os governos Lula e Dilma.

Apesar de ser uma amostra pequena diante da vasta obra do chargista, já é possível identificar alguns elementos essenciais para a proposta crítica deste tipo de imagem. Pudemos verificar como a transgressão, a intertextualidade, o humor, o dialogismo e a polifonia se expressam nas charges sobre o agronegócio e, em alguma medida, no seu contraponto, a agroecologia.

No que se refere à dimensão política de nosso tema, consideramos que a escolha do agronegócio como política agrária, principalmente nos governos Lula e Dilma, foi um equívoco. Em certa medida porque, como mostramos, o impacto real desse setor está sustentado por dados forjados e índices desatualizados e está mascarado por uma espetacularização midiática do tema. E, por outro lado, porque o preço social que se paga por essa escolha é muito alto, resultando em injustiças e violências contra trabalhadores rurais e povos tradicionais.

Além disso, o agronegócio e seus vários desdobramentos - latifúndios, monopólios, transgênicos, agrotóxicos, degradação do meio ambiente, violência no campo, extermínio de indígenas - constituem condições essenciais para a

manutenção da lógica do sistema capitalista internacional, que é injusta, predatória e excludente.

Por fim, a realização deste trabalho representou a possibilidade de dar prosseguimento ao debate em torno da questão agrária, iniciado por ocasião de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, associado ao estudo da produção chárgica da obra de um chargista plenamente identificado com as características de uma comunicação popular. Mais do que isso, representeou a possibilidade de desenvolver uma pesquisa crítica, com contribuições para a academia e, principalmente, para os movimentos sociais, em um momento da conjuntura nacional em que se tem configurado a existência de um Estado de exceção e que, em razão disso, devemos resistir e lutar em todas as frentes.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Aucione Torres. **A charge**. Tese (Doutorado em Artes). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

AGROECOLOGIA, Articulação Nacional de. **MPA realizará jornada nacional por soberania alimentar no mês de outubro**. 7 de outubro de 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2gDh8Ls>. Acesso em: 10 nov. 2016.

ALMEIDA, Wanderley Gurgel de. **Relações interétnicas em conflito entre Makuxi e Wapixana na terra indígena Raposa Serra do Sol**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/12256>.

ARAGÃO, Octavio Carvalho. Cartum, do impresso à internet: narrativa seqüencial e humor disjuntivo. In: **Revista USP**: Humor na Mídia, n. 88, São Paulo, USP, 2010-2011.

ARNAL, Salvador López. **El sospechoso número uno es el sistema de producción industrial de cerdos, en donde el hacinamiento permite el intercambio masivo de vírus** [Entrevista concedida em 30/04/2009]. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=84614>. Acesso em 10 mar. 2017.

AUGUSTO, Lia Geraldo da Silva *et al. O* contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso dos agrotóxicos para o meio ambiente ea importância para a saúde humana. In: **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1997.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. As sementes transgênicas no Brasil: da proibição à liberação. **Revista Vernáculo**, n. 8-9-10, Curitiba, pp. 61-76, 2003.

BERGAMO, Mônica. Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura. In: **Folha de S. Paulo**. 05 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1xwG4qf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**, 2012. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20(Larissa%20M.%20Bombardi).pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Anais: **EESP – 9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

_____. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>.

BRASIL, Portal. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. 24 de junho de 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2ad4SfW>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

BRASIL DE FATO. **A luta dos povos indígenas** [Editorial]. Edição 537, 12 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/13208/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

CAGNIN, Antonio Luiz. **Carões, caras e caretas**: salão de humor e de outros humores. texto inédito: s/d.

CAMPANHA. 2011. Disponível em: <http://www.contraosagrotoxicos.org/index.php/campanha>. Acesso em: 6 jan. 2016.

CARVALHO, José Juliano de**. O uso de agrotóxicos no Brasil é abusivo, exagerado e incontrolável**, 2011. Disponível em: <https://www.asbran.org.br/arquivos/revista368.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2017.

CIMI. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5685&action=read>. Acesso em 10 mar. 2017.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2003**. Goiânia: CPT Nacional, 2004.

_____. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. Goiânia: CPT Nacional, 2010.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio anos 2000. In: **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2012.

DIREITOS, Terra de. **Monsanto perde processo criminal contra movimentos sociais**. 27 de maio de 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2igRWbJ> Acesso em 10 nov. 2016.

ECO, Umberto. Los Marcos da Libertad Cômica. In: ECO, Umberto. **Carnaval!**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

FELLET, João. Maior lobby no Congresso, ruralistas controlam ¼ da Câmara. **BBC Brasil**. 24 de maio de 2012. Disponível em: <http://bbc.in/2hWwFYi>. Acesso em 04 nov. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra,**

reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, pp. 173-224.

FIGUEIREDO, Daniel de Oliveira. **Humor e resistência**: as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal O Pasquim. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

FLORES, Onici. **A leitura da charge**. Canoas: Ed. Ulbra. 2002.

FONSECA, Joaquim. **Caricatura:** a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

GUENO, Ivete Cecere. **A leitura de charges**: uma análise interpretativa. Caderno Pedagógico. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional 1500-1960. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. pp. 35-78.

KOSSOY, Boris; CARNEIRO. Luiza Tucci. **O olhar europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XI, São Paulo: Editora da USP, 2002.

LATUFF, Carlos. Criminalization of the MST 1. **Deviant Art**. 27 de junho de 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2hE6zWp>. Acesso em: 20 de out. 2016.

_____. Entrevista cedida ao portal Resistência Camponesa. **Resistência Camponesa**. 12 de março de 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2i5hhWW>. Acesso em: 29 de out. 2016.

_____. **Campanha contra os agrotóxicos ganha nova charge**. 2012. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2012/08/15/campanha-contra-os-agrotoxicos-ganha-nova-charge-via-semagrotoxico/>. Acesso em: 6 jan. 2016.

_____.**O agronegócio e a questão indígena no Brasil**. 2013. Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2013/06/03/charge-dincao-o-agronegocio-e-a-questao-indigena-no-brasil/>. Acesso em: 6 jan. 2016.

LIMA, Eduardo Sales de. Decepção com a política agrária. In: **Brasil de Fato**. 15 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2nAtkAM> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

MARINGONI, Gilberto. Humor na charge política no jornal. In: **Revista Comunicação e Educação**, n. 7, São Paulo, Moderna/USP, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**, v. 23, nº 45, São Paulo, 2003.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

_____. **Charge**: uma prática discursiva e ideológica. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP16MIANI.PDF>. Acesso em 10 de abr 2012.

MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975

MPA**. Escola Camponesa da Memória recupera história dos cinquenta anos do golpe de 64**. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2hglQRl>. Acesso em: 6 jan. 2016.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras, Vol. II, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A política de reforma agrária no Brasil. In: **Direitos humanos no Brasil**. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

PAULINO, Eliane T. Agricultura e tecnificação: notas para um debate. In: **Revista Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 3-19, 2006.

_____. Reforma agrária: o incômodo diálogo. In: **Revista Agrária,** n. 14, São Paulo, p. 99-112, 2011.

_____. O descumprimento da função social da terra e a invisibilização do latifúndio como estratégia de classe: o Caso de Mato Grosso. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tânia Paula da. (Org.). **Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso**. Campo Grande: Editoras UFMS, 2015.

_____. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária nos estudos dos assentamentos rurais. In: **Revista Nera.** Ano 9, n.8, 2016.

ROBIN, Maria-Monique. **O mundo segundo a Monsanto**. São Paulo: Editora Radical Livros, 2008.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SENADO Federal. **Retrospectiva 2012**. Dilma sanciona com vetos lei que altera Código Florestal. Portal de Notícias, 20/12/2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/retrospectiva2012/videos/modificada-no-congresso-mp-do-codigo-florestal-volta-ao-planalto>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

VALENTE JR., Airton Saboya. As zonas de processamento de exportações e o comércio exterior do nordeste. In: **Informe, macroeconomia, indústria e serviços**. Fortaleza: Ano VIII, n 4, 2014.